

**Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e  
Produtos com Identidade - RIMISP**

**A identidade cultural do território como base de estratégias de  
desenvolvimento – uma visão do estado da arte**

**Murilo Flores**

**Março 2006**

# **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**

## **Índice**

<b>Introdução.....</b>	<b>03</b>
<b>1. Território - construção social e identidade cultural.....</b>	<b>04</b>
<b>2. A identidade cultural como estratégia de valorização produtiva.....</b>	<b>07</b>
2.1 O fortalecimento das territorialidades.....	07
2.2.As especificidades do território e sua operacionalização.....	08
<b>3. Território, identidade cultural e desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>11</b>
<b>4. O papel das institucionalidades no desenvolvimento territorial.....</b>	<b>14</b>
4.1 As institucionalidades e o desenvolvimento sustentável do território.....	14
4.2 Novas formas de governança.....	15
<b>5. Políticas públicas e o desenvolvimento territorial.....</b>	<b>17</b>
<b>6. Uma análise comparativa de estudos de caso.....</b>	<b>19</b>
6.1 O programa LEADER e as políticas públicas brasileiras.....	19
6.2 Ações regionais de valorização de produtos locais.....	23
<b>7. Comentários finais.....</b>	<b>27</b>
<b>8. Bibliografia.....</b>	<b>30</b>

# **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte**

Murilo Flores<sup>1</sup>

## **Introdução.**

O território, como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas, como de políticas públicas. Esse processo acaba por se deparar com alguns problemas importantes como o confronto entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, ambiente institucional local e externo, para destacar os mais relevantes. Estes, por sua vez, terão implicação sobre outra quantidade de pontos importantes para uma perspectiva de sucesso de propostas de desenvolvimento territorial.

No entanto, além de instrumentos mais adequados para apoio a estratégias voltadas ao território, existem ainda muitos conceitos e noções que vêm sendo utilizados, muitas vezes para a mesma palavra, que levam a distintas compreensões do que sejam as estratégias de desenvolvimento territorial e que, portanto, necessitam de definições no interior da apresentação de propostas. O próprio sentido de território pode ser utilizado de diferentes formas, o que implicará em objetivos e resultados distintos.

O objetivo deste trabalho é de buscar apresentar o debate sobre noções e conceitos que conduzem ao território com identidade cultural, e de como se estabelecem políticas ou ações de desenvolvimento desse tipo de território e de valorização de seus produtos e serviços. Dessa forma, procura-se apresentar um conjunto expressivo de autores que vem debatendo o tema, buscando estabelecer relações entre estratégias de desenvolvimento territorial com identidade cultural e a sustentabilidade deste processo de desenvolvimento, desde uma abordagem econômica, social, ecológica, cultural e política.

Na sua primeira parte, apresenta as proposições conceituais sobre a questão do território e territorialidade, envolvendo as diferentes perspectivas de abordagens, a noção de território construído e de território dado, a formação da identidade e o entendimento sobre a construção social do território.

Em sua segunda parte, o trabalho apresentada a noção de identidade cultural, relacionando os elementos culturais que fazem um território e a identidade e a diferença, buscando-se a formulação de definições operacionais, o entendimento sobre a relação entre identidade cultural e potencial econômico e as possibilidades de alcances de mercados. São apresentados os conceitos de recursos genéricos e específicos e de como podem ser traduzidos em termos de valorização do produto local. Discute-se ainda a estratégia da cesta de bens como alternativa de valorização de um conjunto de produtos locais, e as valorizações de produtos através da denominação de origem e a indicação de procedência.

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, ex-Presidente da Embrapa e ex-Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura do Brasil.

A seguir, como terceiro momento do trabalho, procura-se analisar as bases para a sustentabilidade de um desenvolvimento territorial com identidade cultural. Nesse sentido, analisam-se várias proposições sobre a construção social do desenvolvimento, numa perspectiva do ecodesenvolvimento, de forma a se buscar a integração das diversas racionalidades – econômica, social, ecológica, cultural e política – que compõem as sociedades. Trata-se da análise dos conflitos locais e a busca da cooperação através da negociação dos atores. Apresenta-se um novo contexto de viabilização econômica de empreendimentos.

Como quarto componente do trabalho, analisa-se uma nova institucionalidade necessária para suporte ao desenvolvimento territorial, envolvendo as relações que devem existir entre os diferentes níveis institucionais, a participação social como elemento fundamental para a construção social, a descentralização política como meio necessário que aproxime as sociedades das decisões locais, e novos mecanismos de governança.

Na quinta parte, aborda-se a relação de políticas públicas específicas para o desenvolvimento territorial com os novos arranjos institucionais, a participação social e a descentralização, e seu papel no rompimento de práticas políticas locais ou no equilíbrio do jogo de poder dos diferentes grupos locais.

Na sexta parte do trabalho, busca-se apresentar uma relação da teoria, noções e conceitos apresentados com ações concretas de desenvolvimento, fazendo-se uma análise comparativa de estudos de casos, envolvendo experiências brasileiras e européias. Analisa-se o programa LEADER frente a iniciativas públicas federais brasileiras, e apresentam-se casos regionais baseados ou não em políticas públicas.

Ao final, como forma de um conjunto de comentários gerais formados pelas análises apresentadas, se aborda as possibilidades de implementação de ações para o desenvolvimento territorial com identidade cultural, frente aos desafios da promoção de um processo que busque a construção da sustentabilidade do desenvolvimento.

## **1. Território - construção social e identidade cultural.**

O conceito de território foi inicialmente tratado nas ciências naturais, onde estabeleceu a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. Posteriormente foi incorporado pela geografia, que relaciona espaço, recursos naturais, sociedade e poder. Em seguida, diversas outras disciplinas passaram a incorporar o debate, entre elas a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política.

A primeira importante diferenciação conceitual se refere ao espaço e ao território. RAFFESTIN (1993) considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Por outro lado, no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.

TIZON (1995) destaca um sentido antropológico, onde território é o “*ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade*”. Numa abordagem mais próxima da sociologia do desenvolvimento, ABRAMOVAY (1998)

apresenta a idéia de que *“um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”*.

PECQUEUR (2000) considera importante a diferenciação entre dois tipos de territórios. O primeiro deles seria aquele estabelecido por decisão político-administrativa, num processo *“top-down”* de decisão, cujos interesses, normalmente, são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida. Nesse caso, o território seria chamado de *“território dado”*. PECQUEUR (1987) apresenta ainda uma compreensão sobre territórios definidos sob uma perspectiva político-administrativa como sendo o espaço-lugar, que resulta como produtos das políticas de organização do território. A partir daí, Pecqueur diferencia um outro tipo de território, o construído, ou espaço-território, que, segundo o autor, é formado a partir de *“um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum”* (PECQUEUR, 2000).

Nesse sentido, se percebe o território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores (BRUNET, 1990). A construção da identidade, para o pensamento subjetivista (CUCHE, 2001), é antecedida da construção da diferenciação, a partir de fronteiras que os grupos se determinam, chamadas de fronteiras sociais simbólicas. Na construção territorial, essa fronteira simbólica ganha limites territoriais, cujas identidades estão formadas com base em relações histórico-culturais. A essa abordagem da análise territorial, HAESBAERT (1997) chama de culturalista. Essa abordagem está muito próxima de perspectivas econômicas baseadas na diferenciação identitária.

O saber-fazer local seria uma própria forma de expressão cultural local, que define a identidade, através da qual se estabelecem as relações de indivíduos e grupos. A cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde se estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns (FEATHERSTONE, 1993). Para ALBAGLI (2004), *“sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico”* significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Fortalece essa compreensão afirmando que a territorialidade é *“condicionada por normas sociais e valores culturais”* e, dessa forma, variam tanto de sociedades para sociedade como de um período para outro.

O conhecimento e o saber-fazer local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade presente entre os atores locais, formam o que OSTROM (1995) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para o autor, esse capital é que estabelece o potencial do desenvolvimento do território.

Para ABRAMOVAY (2002), a idéia de que o capital social esteja ligado a fatores histórico-culturais, que determinariam a capacidade de ação voltada para o desenvolvimento territorial, limita essa perspectiva. Para o autor, diferentemente da visão puramente culturalista, e baseando-se em análises e proposições de EVANS (1998), o capital social pode ser formado a partir de sinergias entre a sociedade e o Estado. Isto significa dizer que *“capital social não é simplesmente um atributo cultural, cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de muitas gerações (DURSTON, 1998); ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para apresentar, aos indivíduos, alternativas aos comportamentos políticos tradicionais”*. Estes, ou seja, os modos

clientelistas e assistencialistas de políticas locais, podem ser os grandes inibidores da acumulação desse capital cultural e social.

Dessa forma, ABRAMOVAY (2002) defende a idéia de que PUTNAN (1993), com base no pensamento culturalista, indica a importância do capital social para o desenvolvimento, mas não elucida a questão sobre a possibilidade de que esse capital seja criado numa articulação entre Estado e sociedade. Abramovay argumenta que também esse capital social pode ser construído, desde que existam estruturas de organizações capazes de superar as ações políticas locais que inibem a formação desse capital.

Entre as contribuições de LACOUR (1985) para o pensamento sobre a construção social do território, destaca-se a consideração de que o espaço-lugar como espaço de suporte das atividades econômicas *“é substituído pela idéia do espaço-território carregado de vida e de cultura assim como de desenvolvimento potencial”*. Desse modo, o território construído passa a ser um espaço de desenvolvimento multidimensional, onde as diferentes racionalidades das sociedades interagem, cujos resultados estão relacionados à potencialidade criada pelo capital social existente, ou que seja mobilizado pela interação com organizações que apóiem o rompimento de impedimentos político-institucionais locais.

Esse processo de construção territorial, SANTOS (2002) denomina de reterritorialização, ou seja, a *“redescoberta do sentido de lugar e da comunidade”*. Essa redescoberta do sentimento de pertencimento ao lugar é reforçada por diversas proposições de diferentes autores que, contestando as teorias de aculturação que ocorreriam com o processo de modernização (ou de globalização), sugerem que as novas construções identitárias têm ocorrido com um reencontro com tradições culturais (CARNEIRO, 1997, BILLAUD, 1996, JOLLIVET, 1984, JEAN, 1997). Ou seja, há uma interação entre as culturais externas com as culturas locais, cujo resultado se difere entre os diferentes territórios. Mas a presença da cultura local persiste importante na formação da identidade do território, dando-lhe contornos específicos. No entanto, essas mudanças promovem novas relações de poder de reagrupamento social (JOLLIVET, 1984). Para esse autor, o local se manifesta permanentemente e é construído a partir da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas.

Segundo KUPER (1999), as diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de idéias e valores. Para o autor, há um consenso entre os estudiosos sobre cultura a respeito desses pontos. Isso significa dizer que o próprio sentido de tradição cultural, não é algo estanque no tempo, nem que se herda geneticamente. Desse modo, o pensamento sobre território e identidade cultural não está marcado pela idéia de se voltar os olhos para algo que é dado pelo passado, mas que se configura num processo contínuo de transformações proporcionado pelas relações sociais (com o local e o global), o que significa relações de poder, e na relação destas com o acesso e uso do patrimônio natural local.

Como resultado desses processos de construção social de territórios com identidade cultural surge uma perspectiva multiculturalista (SCHEREN-WARREN, 1998). A autora também reforça a idéia de que a interface entre o saber local e a ação global provoca interpretações locais que se diferem de acordo com as próprias culturas locais, favorecendo a pluralidade cultural, baseada em redes solidárias. O sentido de solidariedade atribuído a essas redes é definido por SCHEREN-WARREN como *“o princípio de responsabilidade individual e coletiva com o social e o bem-comum, cujas implicações práticas são a busca de cooperação e da complementaridade na ação coletiva e, portanto, para o trabalho em parceria”*.

Desse modo, pode-se entender a questão do processo de construção territorial como uma integração entre os condicionantes das sociedades e da natureza, ou seja, do conjunto e atributos existentes ao nível do território. Nesse sentido, SABOURIN (2002) afirma que *“o enfoque territorial considera sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos”*.

Por sua vez, a institucionalidade, enquanto conjunto de regras e normas que regulam as ações dos atores locais, o poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores, a confiança e a cooperação, é fator que determina a construção social de um território. Esses fatores determinam a capacidade de mobilização local para a construção social e a organização do território (PUTNAM, 1993). Essa mobilização está fortemente influenciada pela ação das chamadas coletividades territoriais<sup>2</sup>. No mesmo sentido, SABOURIN (2002) ressalta que a idéia de território deve estar sempre associada à idéia de poder, público ou de segmentos da sociedade e, segundo CIRAD-SAR, é *“um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente”*.

## **2. A identidade cultural como estratégia de valorização produtiva.**

### **2.1 O fortalecimento das territorialidades.**

Segundo ALBAGLI (2004), é possível se estabelecer formas de fortalecer as territorialidades, *“estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas”*. No entanto, a autora alerta para a impossibilidade de se construir essas territorialidades a partir do externo, sem estar baseada no capital sociocultural do território. Nesse sentido, a autora afirma que a valorização baseada em interesses externos, de caráter instrumental, visa atrair investimentos e, nesses casos, a *“territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo”*. Dessa forma, a exploração da territorialidade ocorre de forma predatória e insustentável no longo prazo, tendendo a destruir o capital social local e o meio ambiente.

Por outro lado, afirma que a valorização dos produtos com base na força do capital social permite o surgimento de solidariedade, parceria e cooperação, formando redes sociais com bases na territorialidade e *“criando uma dinâmica virtuosa entre o moderno e o tradicional”*. Destaca quatro pontos importantes para a definição de estratégias de valorização das territorialidades: (i) a identificação de unidades territoriais onde seja possível a promoção do empreendedorismo local, com delimitação de seu espaço geográfico baseado em *“senso de identidade e pertencimento, senso de exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interação de atores locais”*; (ii) a geração de conhecimentos sobre o território, identificando e caracterizando as especificidades e que representem potencialidades; (iii) a promoção de sociabilidades, buscando *“possíveis modalidades*

---

<sup>2</sup> Um importante conceito foi incorporado aos estudos sobre a construção social de territórios, chamado de coletividades territoriais. Inicialmente esse termo estava relacionado ao conjunto de atores, tanto individuais como institucionais, de um território. Posteriormente, houve uma associação da noção inicial às representações sociais e políticas das comunidades e do estado, nos níveis local ou regional (SABOURIN, 2002), e que formam a rede do jogo de poder da formação do território. Ressalta, no entanto, que nem sempre as formas de relacionamento dos atores ou instituições definem uma coletividade territorial legalmente estabelecida.

de ação coletiva”; e (iv) o reconhecimento e valorização da territorialidade, com o resgate e valorização de imagens e da simbologia local.

Essas redes sociais são relações interpessoais, e são menos visíveis que organizações de caráter profissionais como sindicatos, cooperativas, associações, etc. (SABOURIN, 2002). O autor afirma que essas redes sociais podem ser formadas (i) por relações econômicas (como as redes de comercialização), ou (ii) por relações com base técnicas, como as redes técnico-econômicas (CALLON, 1991), as redes de diálogo técnico (DARRE, 1986) e as redes sócio-técnicas (HUBERT, 1997). Elas se constituem em novas formas institucionais que podem permitir a catalisação de processos inovadores. Quanto maior os elos dessas redes, maior a força que ela pode proporcionar para uma iniciativa coletiva de valorização de produtos com identidade territorial.

A partir dessas formas de articulação, pode ser estabelecida uma relação entre território, identidade, cultura, e o mercado, onde este espaço geográfico, com uma identidade construída socialmente, pode ser caracterizado por uma definida identidade cultural e por laços de proximidade e de interdependência, e pode significar um espaço de mercado para os sistemas produtivos locais – SPL<sup>3</sup>. Pode ser também um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis<sup>4</sup>.

## **2.2 As especificidades do território e sua operacionalização.**

No sentido de buscar compreender formas de operacionalização dos conceitos e noções sobre essa diferenciação territorial, PECQUEUR (2004) afirma que os territórios possuem dois tipos de recursos, sejam eles sócio-culturais ou ambientais: os genéricos e os específicos (estes últimos, a que SABOURIN, 2002, também se refere). Quando os recursos genéricos são transformados em ativos voltados para a produção de renda, eles levam a não produzirem diferenciação entre territórios, ou seja, são formados ativos genéricos, que não produzem uma caracterização identitária como especificidade local. A diferenciação, em termos de recursos disponíveis, ocorre quando se utilizam os recursos específicos como ativos, nas estratégias locais de desenvolvimento. Desse modo, a possibilidade de formação de estratégias com base na diferenciação está diretamente ligada à compreensão de quais são os recursos específicos disponíveis e da capacidade de organização de ações que promovam o território a partir das diferenças proporcionadas por essas especificidades.

Os recursos genéricos teriam seu valor definido de forma independente ao processo de produção e são totalmente transferíveis. Possuem valor pelos seus valores de troca, determinados pela relação entre oferta e demanda e independe do que chama de “*gênio do lugar*” ou de seus produtos. Por sua vez, os ativos específicos têm seu valor relacionado aos seus valores de uso. É

---

3 A noção de sistemas produtivos locais – SPL é uma evolução dos distritos marshalianos, e das compreensões sobre as formações de clusters (VEIGA, 2002). O autor, analisando processos de desenvolvimento territorial, afirma que “um SPL pode ser definido como um conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas. Ou como uma rede de empresas de uma mesma atividade ou de uma mesma especialidade que cooperam em determinado território. Ou ainda, como agrupamentos geográficos de empresas ligadas pelas mesmas atividades”. Por “cluster” se entende uma concentração geográfica de empresas e organizações de apoio que, articuladas, criam uma rede sistêmica que gera vantagens competitivas sustentáveis de uma região determinada, envolvendo estratégias de competitividade e cooperação em várias dimensões das cadeias produtivas consideradas.

4 O autor agradece ao pesquisador do Cirad Augusto Moreno e ao Consultor da Fundação Lyndolpho Silva, Felipe Sampaio, pelos debates realizados sobre esses temas, entre os anos 2001 e 2003.



resultado do aprendizado dos atores que produzem conhecimento para o uso comum, são intransferíveis e não se pode dar um preço a eles.

A construção social de um território, portanto, pode ou não ser associada a estratégias de valorização de produtos locais, de forma diferenciada, se a eles se associa os fatores que diferenciam o território, ou melhor dizendo, os fatores que lhe são específicos. Esses fatores, na maioria das vezes, são formados pela interação entre o patrimônio natural e o patrimônio histórico-cultural presentes no território. Para Pecqueur, o mecanismo de territorialização está baseado na especificação desses ativos. Ou seja, a dinâmica econômica do desenvolvimento territorial está fincada na afirmação de recursos territoriais inéditos sobre os quais se promove uma inovação e que estabelecem novas formas de relação com consumidores.

ARANTES (2004) destaca três pontos importantes para estratégias que visam o relacionamento de produtos e identidade cultural, a saber: (i) a singularidade, que significa que os diferenciais do produto estejam efetivamente enraizados na cultura local; (ii) a rastreabilidade, que torna possível “*o contato do consumidor com a ambiência social e cultural do produto na origem*”; e (iii) a qualidade, que precisa estar associada sempre à base cultural dos produtores e de sua organização social.

MOITY-MAIZI et al (2001) afirmam que, dentro desse tipo de estratégia de diferenciação dos produtos, é esperado que a rastreabilidade permita que os consumidores percebam mais facilmente os fatores de identidade, de garantia de origem e de confiança. Esta relação inovadora permitiria a construção de mercados solidários e cooperativos, que necessitam os sistemas produtivos locais para se desenvolver. Dessa forma, os produtores poderão consolidar a conquista de novos espaços de mercado, desenvolvendo novas formas de produtividade, a partir da inovação, dos novos conhecimentos e da flexibilidade, que permitem tanto as tecnologias da informação, comunicação e gestão, como a ampla diversidade de oportunidades em matéria de agregação de valor a produtos e serviços.

Nesse contexto se apresentam as proposições de diferenciação de produtos através de Indicações Geográficas<sup>5</sup> ou Denominações de Origem<sup>6</sup>, que se baseiam na valorização de atributos locais específicos, onde há uma associação do conteúdo simbólico da mensagem trocada entre produtor e consumidor. A decodificação da mensagem, por sua vez, está relacionada ao contexto sócio-histórico onde se situam os atores (THOMPSON, 1998).

Para a melhor compreensão desses sistemas que estabelecem relações entre produtos e territórios, é preciso compreender alguns termos que definem especificidades, que são encontrados em diferentes países. Na França, por exemplo, utiliza-se o termo “produtos do terroir”, que se refere a, como afirma SALETTE (1998), “*um agrossistema caracterizado, dotado de uma capacidade de gerar produtos particulares, aos quais ele confere uma originalidade e uma característica própria*”. Em outros países, outras terminologias são importantes como os “produtos típicos”, na Itália, ou os “produtos regionais”, na Inglaterra.

---

<sup>5</sup> Refere-se à utilização do nome de um país, região ou lugar, para designar um produto originário desse espaço geográfico ou de área definida com esta finalidade, institucionalmente definido, podendo-se associar determinadas qualidades ou características do produto.

<sup>6</sup> Uma DOC é uma modalidade de propriedade intelectual, através da qual se “*atribui um direito de propriedade coletivo aos produtores e organizações de uma região delimitada, que podem utilizar denominações de origem para produtos de naturezas diversas originadas nessa região*” (CHADDAD, 1996).

No Brasil, existem regionalmente algumas caracterizações de produtos com certas especificidades. Uma delas, encontrada na região sul, se refere ao termo “produtos coloniais”, associado a formas tradicionais de se produzir por colônias de imigrantes europeus, que mantiveram tradições associadas a novos conhecimentos agregados aos processos produtivos.

O sentido de terroir, no entanto, tem uma maior profundidade, porque associa características culturais com aspectos ambientais de um território em particular (solo, clima, determinados aspectos de fauna e flora, etc.). Além disso, busca agregar valor ao produto, estabelecendo uma relação entre produtor e consumidor que pode extrapolar limites locais de conhecimento, criando uma forma de comunicação entre consumidor e produtor. Ele associa, no imaginário do consumidor, as relações da produção com a cultura e tradição, tipicidade e qualidade. Para os produtores, há uma delimitação de área de produção com as mesmas características de “terroir”, o que define as possibilidades de concorrência no mercado e facilita as ações voltadas para a cooperação no território (NASCIMENTO & SOUZA, 2004). A partir dessas noções foram definidos diferentes sistemas de identificação de produtos, como as indicações geográficas ou a denominação de origem.

Os autores alertam para a compreensão de que muitas localidades, aparentemente, não possuem um patrimônio histórico-cultural-geográfico reconhecido. No entanto, afirmam que as sociedades podem ser estimuladas a explorar seu potencial territorial e o saber-fazer local, num processo de construção coletiva, cujo resultado poderia ser a diferenciação de produtos com qualidade para o mercado.

Para que estratégias de valorização dos produtos territoriais possam ter efeitos, é fundamental o estabelecimento de articulações entre o saber-fazer local, que é parte da forma de expressão cultural local, e o saber científico. Essa integração de saberes é um elemento essencial na construção do produto territorial. Para BRUSCO (1999), esse fator, aliado a um processo de equilíbrio entre conflito e participação, foi básico para o estabelecimento dos processos dinâmicos encontrados nos distritos industriais italianos. Importante também, segundo BENKO (1996), foi o sistema de concorrência e cooperação criado dentro dos distritos, baseado na ampla circulação das informações necessárias para o estabelecimento de um processo coletivo de competitividade. SFORZI (1999) ressalta a importância de certos serviços inovadores, que surgem como resultado da interação entre empresas de um determinado distrito, na disseminação de conhecimentos, o que considera um fator fundamental para a evolução das economias locais.

A possibilidade de construção de processos baseados na inovação e na cooperação, fortalecendo estratégias territoriais de fortalecimento da economia local, está vinculada à capacidade de se produzir negociações a partir dos conflitos existentes. Por esse motivo, entende-se que, antes de tudo, é importante a explicitação dos conflitos existentes localmente para que, a seguir, procure-se formas de entendimento, negociadas, em busca da construção de processos de cooperação que sejam significativos para todos os atores.

Uma nova proposta de manejo dos produtos territoriais está colocada por PECQUEUR (2000), denominada de cesta de bens. Ela se diferencia de outras opções como as indicações de procedência e denominação de origem porque não relaciona um único produto com determinada identidade territorial. A hipótese central da proposição é a de que quando um consumidor adquire um produto de qualidade territorial, descobre a especificidade de outros produtos provenientes da produção local, e determina sua utilização no conjunto dos produtos ofertados. Em muitos casos, a cesta de bens possui um produto líder que atrai o consumidor para a compra de outros bens ou serviços que reforçam a imagem do território. O que ocorre com as cestas de bens é que os

produtores conseguem internalizar as externalidades positivas do território, com isso diferenciando a cesta de produtos no mercado.

Há, como base dessa construção, um conjunto de atributos que contribui para integrar bens e serviços numa mesma percepção pelo consumidor. Não se trata de um conjunto de bens privados justapostos (caso do pacote de bens e serviços oferecidos por empresas), mas uma combinação de bens privados e bens públicos, que permitem a associação do conjunto da cesta de bens a uma imagem territorial, embasada numa forte interdependência entre os produtores, criando-se um “clube” de atores, que se beneficiam mutuamente da renda produzida. As vantagens econômicas são divididas entre esses atores, mesmo que, havendo um produto líder, os produtores desse bem sejam os primeiros beneficiários. Há possibilidades de captação de rendas de diferentes naturezas para compor a cesta.

As principais características da noção de cesta de bens seriam definidas como: (i) um conjunto de bens e serviços complementares que fortalece o mercado local; (ii) uma combinação de bens e serviços públicos, que colaboram para a formação da imagem do território; e (iii) uma coordenação interativa entre produtores da cesta de bens. O autor ressalta a importância da compreensão de que a cesta de bens não é imposta ao consumidor, e o excedente econômico obtido pela diferenciação em relação a outros produtos ou serviços é coletivo e distribuído entre os diferentes produtores dos diversos bens e serviços (o que o difere de um sistema de denominação de origem, por exemplo). Ou seja, os consumidores adquirem a cesta de bens por sua associação com a imagem de qualidade do território, e isso faz com que todos os atores locais sejam participantes dos benefícios gerados.

Trata-se também de um processo de construção institucional e de uma ação coletiva, como são a indicação de procedência e a denominação de origem. Suas características são muito interessantes para diversas estratégias de desenvolvimento territorial, onde a localidade se caracteriza por uma multiplicidade de oferta de produtos e serviços, cujas características as liguem à mesma identidade do território. Pode ser um importante instrumento de equidade social, dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

### **3. Território, identidade cultural e desenvolvimento sustentável**

Trabalhar o território com identidade cultural dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável requer, inicialmente, uma definição de algumas noções que têm sido muito debatidas. O termo sustentável vem sendo utilizado de diferentes formas, desde a sua utilização associada ao desenvolvimento na segunda metade do século XX. Rapidamente incorporada dentro de uma perspectiva capitalista, surgiu o que se denominou de capitalismo ecológico, onde se busca a introdução de novos padrões tecnológicos que atenuem os efeitos negativos sobre o meio ambiente, causados pelas ações produtivas, sem que se promovam alterações na lógica capitalista de acumulação, numa visão antropocêntrica de mundo. Num sentido oposto, também na segunda metade do século XX, se fortalecem grupos ligados à ecologia radical, que propunham o crescimento zero, numa visão biocêntrica de mundo.

Numa outra perspectiva, distanciando-se do antropocentrismo e do biocentrismo, surge o codesenvolvimento, que se apresenta como uma ideologia científica, baseada na ecologia humana (DANSEREAU, 1999; DAVIDSON & BERKES, 2003; WEBER, 2000; JOLLIVET & PAVÉ, 2000; VIEIRA & WEBER, 2000), na ecologia política (DUPUY, 1994; ILLICH, 1975) e na teoria do uso dos recursos comuns (FENNY et al, 2001; De MONTGOLFIER & NATALI, 2000; OST, 1995; BERKES, 1999), e amparada em três pontos centrais:

- a) a construção de um novo estilo de vida, com uma nova visão de mundo, onde o homem não procura controlar a natureza, mas se insere como parte dela, ou seja, é parte do ecossistema, rompendo com a dicotomia entre sociedade e natureza, formando o que foi denominado como sócio-ambiente;
- b) a formação de uma nova ética, onde exista um compromisso inter-geracional que supere outra dicotomia, entre o presente e o futuro, fazendo com que as decisões de hoje levem em conta a manutenção do potencial de uso do patrimônio sócio-cultural e natural para o futuro, envolvendo ainda uma perspectiva global de satisfação de necessidades básicas das populações e da busca da autonomia<sup>7</sup> das diferentes sociedades;
- c) uma práxis que determina ações voltadas para implementação de tecnologias de intervenção sobre os sistemas sócio-ambientais que implicam em processos de desenvolvimento que favoreçam a equidade social e que sejam ecologicamente prudentes.

Essa práxis está relacionada diretamente com o princípio do pluralismo tecnológico, frente à diversidade territorial, onde há uma combinação de ecotécnicas de base científica com o resgate do saber-fazer local (VIEIRA, 2002). Para SACHS (1986), a perspectiva plural de desenvolvimento tecnológico permite a compatibilização dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, e o estabelecimento de propostas específicas para as diferentes situações. Isso leva a proposição de SACHS (2000), de que este tipo de estratégia conduz a uma pluralidade de desenvolvimento territorial. Por outro ângulo, significa dizer que propõe estratégias de desenvolvimento que consolidam o multiculturalismo, com o desenvolvimento se diferenciando a partir das diferenças sócio-ambientais.

Desse modo, o ecodesenvolvimento incorpora plenamente a abordagem territorial do desenvolvimento, com sua caracterização a partir de uma identidade cultural. Outro ponto importante é a necessidade de ampla participação dos atores locais no planejamento e gestão do desenvolvimento do território, que exige uma significativa descentralização política, nem sempre percebida em diferentes países, particularmente entre os não desenvolvidos.

Neste enfoque de desenvolvimento, para se construir um processo de desenvolvimento territorial sustentável, é necessário o enfrentamento dos conflitos, nem sempre explícitos, entre os diferentes grupos de atores que são direta ou indiretamente afetados por ações locais. Para essa construção, o conflito e a negociação são partes importantes da formação da autonomia das sociedades, necessária para o estabelecimento de bases sustentáveis de desenvolvimento, produzindo-se um processo solidário e de cooperação coletiva. Por outro lado, nem sempre as negociações em torno dos conflitos visando estabelecer o conjunto institucional que regula as ações locais resulta em processos sustentáveis de desenvolvimento. Por exemplo, como afirma CAZELLA (2002), a equidade social (com a ampliação dos beneficiários da renda territorial) nem sempre é conseguido dessa forma, já que muitas vezes as relações de poder acabam por estabelecer um processo em que interesses de alguns grupos se impõem aos outros.

---

<sup>7</sup> GALTUNG (1998) descreve como Mahatma Ghandi defendia a autonomia dos indivíduos e das comunidades, sem que isso significasse total independência em relação ao mundo externo ao da própria comunidade. Ou seja, as comunidades estarem dotadas de capacidade de relacionamento sem subordinação. ILLICH (1975) dá o nome de autonomia à noção de que deve-se *“lutar ao mesmo tempo em nome do respeito aos equilíbrios naturais, e combater a liberdade do homem”* (DUPUY, 1994). Para GLAESER & VYASULU (1984), a autonomia, dentro do ecodesenvolvimento, se refere à capacidade das próprias comunidades de compreenderem seu poder sobre suas próprias vidas e, a partir disso, estabelecerem um processo de autoconfiança no relacionamento com os demais segmentos com quem mantêm inter-relações.

Para Cazella, *“a reprodução das exclusões sociais pode acontecer numa dinâmica de criação coletiva de um território onde, em geral, somente uma fração da sociedade local participa diretamente”*, e ainda, *“a resistência passiva, a indiferença, o rumor e a recusa a qualquer tipo de participação são mecanismos de ação possíveis que, se bem utilizados, podem minar um dado projeto formal de desenvolvimento territorial”*. Da mesma forma isso se aplica ao conjunto das abordagens do processo de desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, ao econômico, social, ecológico, cultural ou político.

De acordo com PAULILLO (2000), muitos processos de construção de territórios, e suas estratégias de desenvolvimento, possuem dinâmicas de poder e riqueza que dependem *“da capacidade de interação estratégica entre atores políticos, recursos humanos, infra-estrutura tecnológica e inovação organizacional”*. Define que a institucionalidade, os recursos de poder, a confiança e a cooperação ou reciprocidade são os fatores que determinam a construção social e o processo de desenvolvimento que se implementa. Desse modo, quando há imposição de grupos nas negociações, os processos resultantes possuem limites que impedem a construção social sustentável do desenvolvimento, seja por exclusão social, apropriação de recursos naturais e da renda territorial por determinados grupos sociais, degradação de recursos naturais, dentre inúmeras outras possibilidades.

Segundo Olivier de Sardan (1995), o enfrentamento dessa situação no processo de negociação deveria estar apoiado em agentes de desenvolvimento capazes de gerenciar as relações de força, o que nem sempre é possível pelo despreparo desses agentes tanto no reconhecimento e como na compreensão dos conflitos presentes nas sociedades locais. Seria necessário o rompimento de fachadas de consenso que determinados grupos de atores tentam colocar para atores (agentes de desenvolvimento) que buscam intervir no processo de desenvolvimento, buscando a permanente negociação em busca de entendimentos. Como afirma CAZELLA (2005), *“a idéia inicial consiste em reconhecer, por um lado, a complexidade do social e, por outro, as divergências de interesses, de concepções e de estratégias dos atores implicados nas ações formais de desenvolvimento. (...) as negociações informais e indiretas, os compromissos, os sincretismos e as interações que resultam em aprendizado recíproco fazem parte das regras do jogo”*. Este seria o caminho para a construção de instituições e processos de desenvolvimento que encarassem os conflitos como forma de se estabelecer estratégias sustentáveis de desenvolvimento. A formatação de novos mecanismos institucionais que induzam a autonomia dos atores sociais locais passa a ser uma estratégia fundamental para a perspectiva sustentável do desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, se pode buscar essas sinergias promovidas pelos processos de negociação para a formação de uma solidariedade econômica territorial. Como afirmam MENEZES & FLORES (a ser publicado), *“seria possível a construção de processos de desenvolvimento territorial, baseados na cooperação dentro do próprio território, ou intraterritorial, onde a renda territorial fosse distribuída a partir da ética da cooperação. A renda territorial significaria uma renda originária de um processo de cooperação, beneficiando generalizadamente os atores locais participantes de uma rede de cooperação. Os atores locais seriam beneficiários de estratégias de valorização do conjunto do território e dos produtos e serviços ali produzidos, em torno de uma mesma construção cognitiva em escala territorial”*. A proposta de cesta de bens, oferecida por Pecqueur, se aproxima bastante dessa perspectiva de solidariedade.

De todo o modo, e retornando aos estudiosos do ecodesenvolvimento, o processo de desenvolvimento sustentável do território estaria alicerçado na melhor gestão possível do sócio-ambiente, tendo como suporte importantes mecanismos de feedback para que seja permitido serem feitos ajustes no planejamento e gestão (WEBER, 2000). Um importante mecanismo é o de construção de cenários possíveis, considerando diferentes alternativas de efeitos provocados pelos

atores sobre o sistema sócio-ambiental. A retroalimentação desses sistemas com informação sobre os impactos negativos para a sociedade e o meio ambiente levariam a permanentes ajustes nos cenários e, como consequência, nas tomadas de decisão sobre a gestão do território em busca de sua sustentabilidade.

#### **4. O papel das institucionalidades no desenvolvimento territorial**

##### **4.1 As institucionalidades e o desenvolvimento sustentável do território**

NORTH (1992) define que as instituições são as normas e regulamentos que estabelecem as formas de interação dos atores sociais. Apesar de diferentes correntes de pensamento sobre as definições sobre institucionalidade, este é um consenso razoável entre as correntes. Segundo o autor, essas instituições estruturam as relações em diferentes campos, tanto no econômico, como no social ou político. Desse modo, os marcos institucionais locais, e sua relação com a institucionalidade externa que têm incidência sobre o local, são elementos importantes para a compreensão dos processos de desenvolvimento de cada região em particular. NORTH (1990) define ainda o que seriam as organizações, diferenciando-as das instituições. Elas seriam formadas por atores que têm objetivos comuns e que, para alcançá-los, constituem formas associativas, que podem ter caráter político, social ou econômico. Têm papel importante no bom ou mau desempenho das atividades locais.

A construção social de um território e a definição de sua identidade cultural é uma ação coletiva, determinada em conjunto com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam do processo de construção. Como afirma CAZELLA (2002), *“o estudo do território a partir da teoria das instituições impõe uma interpretação que leva em conta a ação coletiva dos atores sociais (mercantil ou não). O território é, ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional”*.

Ainda segundo o autor, a alocação de recursos no mercado pela escolha racional dos atores, que é um fundamento funcionalista das instituições, *“é substituído pela concepção que vincula os conteúdos holísticos e coletivos das instituições”*. Tanto as dimensões informais dos recursos institucionais disponíveis, como os aspectos formais são necessários para que seja estabelecido o sistema econômico do território<sup>8</sup>.

A primeira dimensão incorpora papéis formativos e cognitivos, e a segunda, complementa os aspectos informais (ABDELMALKI et al, 1996). A associação de ambos é que pode permitir um funcionamento desse sistema de forma adequada para os atores locais. Como afirma Cazella, analisando os estudos de Abdelmalki, *“a densidade institucional de um espaço explica a construção e as características de um território”*. Nessa perspectiva, aponta duas propriedades fundamentais do território: (i) é uma realidade em evolução; (i) é o resultado simultâneo do “jogo de poderes” e dos “compromissos estáveis”. Define como um desafio para a análise institucional de um território a superação do *“empirismo descritivo, sobretudo das instituições formais, sem que as lógicas de funcionamento e a sustentabilidade do desenvolvimento do território em questão sejam colocadas em evidência”*. Para ARTHUR (1988), o jogo de poder presente nas relações sociais numa localidade pode manter uma ineficiência em sua economia e que, muitas vezes, contaminam as próprias políticas públicas.

---

<sup>8</sup> Alguns pensadores sobre o papel das institucionalidades em relação ao desenvolvimento consideram que os aspectos informais não fazem parte do conceito de instituição, que estariam restritas àquelas com caráter legal. Porém, não é essa a abordagem que se apresenta neste trabalho.

Para autores ligados à perspectiva ecodesenvolvimentista e a partir da análise do uso dos recursos comuns (teoria dos recursos naturais de uso comum) de uma localidade, a melhor gestão do território, em todos os seus aspectos (social, econômico, ecológico, cultural e político), se dá pela relação trans-escalar entre os diferentes níveis institucionais (BERKES, 2002; FEENY et al, 2001). Ou seja, uma relação que estabeleça vínculos entre a institucionalidade local com as externas à localidade (regional, nacional ou internacional), fortalecendo mecanismos de regulamentação flexíveis e ágeis. Desta forma, pode-se aproveitar melhor as institucionalidades locais, coerentes com a cultura local, sendo que, por vezes, levá-la a sua formalização em outros níveis institucionais pode promover o seu fortalecimento<sup>9</sup>. A co-gestão, entre atores locais e poder público também se constitui num poderoso instrumento que fortalece a participação social e a interação das diferentes institucionalidades.

A construção dessa institucionalidade local e seu relacionamento com institucionalidades externas se tornam, portanto, importantes para a construção do desenvolvimento sustentável de territórios com identidade cultural. Torna-se um elemento mais importante ainda quando caminha no sentido de fortalecimento da noção de autonomia das sociedades locais, conferindo-lhes maior capacidade de negociação intra e interterritórios. Elas podem representar o rompimento com as práticas tradicionais de políticas clientelistas e de domínio do poder por segmentos específicos, facilitando a formação de novas iniciativas, reconstruindo as redes de poder local e permitindo a formação de novas estratégias de cooperação.

Um exemplo concreto nessa direção é o acesso ao financiamento de empreendimentos locais. Por vezes, o difícil acesso a recursos de financiamento oferecidos por políticas públicas que utilizam os sistemas bancários tradicionais pode ter como elemento de transformação dessa realidade a presença de novos mecanismos cooperativados de crédito. O acesso ao crédito é um importante instrumento de fortalecimento da autonomia dos atores locais, que se tornam independentes de políticas assistenciais, normalmente manipuladas politicamente pela rede local de poder dominante. CAZELLA (2005), analisando o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF<sup>10</sup>, demonstrou que a existência de cooperativas de crédito atuando em paralelo ao sistema bancário tradicional, permitiu uma grande alavancagem de recursos para os agricultores. Os agricultores mais integrados ao mercado acabaram por favorecer a participação dos segmentos de menor renda no cooperativismo de crédito.

Além disso, como afirma ABRAMOVAY (2003), há uma subestimativa da poupança local, presente mesmo em regiões de grande pobreza, e que pode ser articulada por meio de instituições e organizações que sejam estruturadas com capacidade de compreendê-la. Da mesma forma, nem sempre há mecanismos institucionais capazes de estabelecer ações que viabilizem a sua articulação, ou de organizações que estimulem as mudanças institucionais necessárias.

#### **4.2 Novas formas de governança**

A capacidade ou a incapacidade de organizações de intercederem nos processos de desenvolvimento territorial com base em identidade cultural pode ser determinante para o

---

<sup>9</sup> Alguns autores alertam que muitas vezes ao se tomar a iniciativa de formalizar institucionalidades locais informais, elas se tornam muito rígidas e perdem a flexibilidade para os ajustes necessários, proporcionada por mecanismos de feedback, nos rumos da gestão para o desenvolvimento territorial.

<sup>10</sup> O PRONAF, criado em 1996 como uma política pública do Governo Federal do Brasil e parceria com governos estaduais e municipais, vem sendo implementado a partir uma associação de iniciativas públicas de oferecimento de recursos de financiamento e de investimento em infra-estrutura rural, associado à busca de inovações nos sistemas de assistência técnica, acesso ao mercado, e de participação social na definição dos rumos do desenvolvimento local.

estabelecimento, ou não, de estratégias adequadas para a construção de um processo que seja sustentável, conferindo-lhe resultados importantes na viabilidade econômica em consonância com a equidade social e a prudência ecológica. Nesse sentido, a forma estruturada de governança local torna-se um novo elemento importante de análise. Essa governança, apoiada em mecanismos institucionais adequados, respondem por parte do sucesso das iniciativas de valorização de produtos com base na identidade territorial.

PECQUEUR (2000) argumenta que a governança de um processo de desenvolvimento territorial, que busca a diferenciação de produtos com base na identidade cultural, articula os comportamentos dos indivíduos e o ambiente institucional para ministrar os custos produzidos pelas características específicas dos recursos. A governança territorial, nesse caso, se caracteriza como um processo dinâmico que visa a formulação e resolução de problemas produtivos, amparada pela existência de um compromisso institucional que envolve em parte os atores econômicos e em parte os atores públicos. A capacidade de criação de uma governança eficiente estabelece a possibilidade de superação dos problemas e conflitos que surgem na implementação de ações e na distribuição de benefícios.

Buscando definir tipologias que representem situações de governança encontradas em processos de desenvolvimento territorial, ZIMMERMANN et alii (1998), apresenta as seguintes situações:

1. o caso onde a governança é privada porque uma organização de produtores é o ator-chave do território, ou seja, trata-se de uma governança privada coletiva quando o ator dominante não é uma estrutura estritamente privada;
2. o caso onde há uma governança institucional porque uma ou mais organizações públicas são os atores-chave;
3. o caso da governança em parceria, quando há uma mistura de atores públicos e privados que atuam de forma cooperada.

Retornando à proposta de cesta de bens, apresentada por Pecqueur, o autor considera que a particularidade mais importante desse modelo de articulação entre identidade territorial – produtos – consumidores é o *“surgimento da renda sobre as estratégias solidárias de produtores de produtos diferentes”*. Desse modo, afirma, forma-se um grupo que atua como um coletivo de produção. Diferentemente de outras estratégias de valorização dos produtos territoriais, como as indicações de procedência e denominação de origem, um conjunto de produtos ou serviços tem sua qualidade relacionada ao território. Com isso produz-se uma renda territorial capaz de ser distribuída entre os diferentes participantes do que chamou de clube de atores, envolvidos na oferta do conjunto de produtos da cesta de bens.

Para outros mecanismos de diferenciação de produtos como as indicações de procedência e denominações de origem, como afirma TONIETTO (1993) analisando seu potencial de uso para a produção vitivinícola, o marco institucional determinado pela organização produtiva em torno desses sistemas de classificação

*“traz satisfação ao produtor, que vê seus produtos comercializados com a indicação geográfica que corresponde ao seu local de trabalho, valorizando sua propriedade; estimula investimentos na própria zona de produção; aumenta a participação do produtor no ciclo de comercialização dos produtos e estimula a elevação do seu nível técnico; estimula a melhoria qualitativa dos produtos; contribui para a preservação das características e da tipicidade dos produtos, que se constituem num patrimônio de cada região/país; possibilita incrementar atividades de enoturismo; aumenta o valor agregado dos produtos e/ou gera maior facilidade de*



*colocação no mercado; os produtos ficam menos sujeitos à concorrência com outros produtos de preço e qualidade inferiores; melhora e torna mais estável a demanda do produto, pois cria uma confiança do consumidor; permite ao consumidor identificar perfeitamente o produto dentre outros, inclusive de preços inferiores”.*

No caso dessas estratégias, os produtos que recebem esse tipo de classificação utilizam a imagem do território de origem, mas não há a definição de uma estratégia com o envolvimento de um conjunto de produtos, como é o caso da cesta de bens. A governança e as institucionalidades envolvidas, e os objetivos finais sobre o desenvolvimento territorial se diferem substancialmente, com diferentes resultados sobre a apropriação da renda gerada.

No caso da cesta de bens, os benefícios das externalidades recaem de forma igual entre os componentes do que é chamado de clube (composto por todos os produtores que participam com seus produtos da cesta de bens). Trata-se, dessa forma, de uma complexidade maior em termos institucionais e de governança que, porém, pode conferir um benefício sócio-econômico mais amplo, e contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento sustentável do território, a partir de uma solidariedade econômica entre produtos e produtores. As análises de governança que envolve um grupo de atores já foram amplamente discutidas por GRANOVETTER (1994), enfocando um ponto importante relacionado à ação cooperativa entre empresas, com a formação de alianças estratégicas, e que buscam captar rendas de diferentes naturezas.

## **5. Políticas públicas e o desenvolvimento territorial**

### **5.1 A exclusão social e o papel das políticas públicas.**

Conforme visto anteriormente, a construção de territórios com identidade territorial que favoreça a valorização de produtos locais no mercado pode estar associada a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, envolvendo tanto a abordagem econômica, como a social, ecológica, cultural e política. Para isso, da mesma forma como comentado anteriormente, o Estado deve ter um papel importante na articulação de atores locais e de seus programas de desenvolvimento.

SABOURIN (2002) alerta para três pontos muito importantes quando se prepara a atuação do Estado sobre projetos de desenvolvimento territorial, quais sejam:

1. estabelecer ações que garantam uma representação democrática e diversificada da sociedade, a fim de que os diferentes grupos de atores possam participar mais ativamente das tomadas de decisão e ter mais acesso à informação;
2. realizar ações de capacitação junto aos atores locais para que possa ser formada uma visão territorial de desenvolvimento, rompendo a visão setorial como a única forma de análise;
3. estabelecer novas formas de coordenação das políticas públicas, no que se refere aos recursos, às populações e aos territórios, baseadas em novas lógicas de desenvolvimento.

As formas de coordenação das políticas requerem uma mais ampla participação da sociedade local, desde o levantamento de informações, o planejamento e a execução das ações. A formação de mecanismos institucionais capazes de ter flexibilidade, ao nível local, para a participação e o permanente ajuste no processo de gestão do desenvolvimento torna o território mais capaz de construir esse processo com uma perspectiva sustentável. Ao Estado cabe um papel importante de permitir que os diferentes grupos estejam ativamente participando, interferindo no jogo de poder local, e estimulando a mobilização das populações e dos recursos capazes de fortalecer o capital

sócio-cultural local (muitas vezes dando-lhe uma visibilidade não percebida até por organizações que atuam no desenvolvimento). Como afirma ABRAMOVAY (2002), seria necessária a criação de uma sinergia entre o Estado e a sociedade para fortalecer a formação desse capital em localidades onde é muito frágil a sua presença. Por outro lado, as diferentes intervenções de políticas públicas devem se dar de tal forma que não cerceiem os diversos atores locais, mas facilitando uma interdependência entre si.

A descentralização política, necessária para a própria participação local no planejamento e gestão, transfere para coletividades territoriais responsabilidades que passam a necessitar de novos dispositivos institucionais de coordenação e articulação (TONNEAU, 2004; TONNEAU et al., 1997). Esses mecanismos deveriam incorporar ao mesmo tempo dispositivos de planejamento (previsão, programação da infra-estrutura e dos equipamentos, etc.) e de mobilização para o desenvolvimento (estimular novas solidariedades e formas de cooperação, favorecer a mediação, etc.). Um trabalho importante das políticas públicas deve ter uma perspectiva de longo prazo, que ajude na construção de organizações com capacidade de articulação que garanta os processos de coordenação entre as diferentes escalas territoriais (SABORIN & TONNEAU, 1998). Para TONNEAU (2004), *“pesquisa, ação, monitoramento ou avaliação, só produzem efeitos e resultados quando estão inseridos na realidade e na continuidade”*, sem que os apoios dessas políticas tenham que ser *“permanentes ou eternos”*.

A exclusão social pode se fazer presente em processos de valorização de produtos identificados com territórios, e está relacionada ao próprio jogo de poder que se estabelece na formação da identidade. Essa formação implica numa definição de uma diferenciação da sociedade local em relação a outras e requer uma afirmação entre os atores locais do que sejam as diferenças e do que seja a identidade. Isso se dá no âmbito do jogo de poder dos atores. Dessa forma, políticas públicas com interesse em promover o desenvolvimento territorial com base na identidade cultural, desde o enfoque da equidade social, devem estar capacitadas para compreender os conflitos e as negociações entre os atores, que estabeleceram determinados resultados de ação de desenvolvimento local.

Um exemplo concreto desse problema pode ser notado na experiência da região do Vale dos Vinhedos (que será mais detalhado adiante). Apesar da importância dos agricultores familiares produtores de uva voltada para a venda às cantinas produtoras de vinho no que se refere tanto à oferta de matéria-prima como na preservação da paisagem rural (fundamental na estratégia de mercado do vinho que tem forte base no enoturismo), existe na região uma tendência no sentido da redução da presença desses agricultores. O controle político-econômico do processo nas mãos das empresas produtoras de vinho, e a falta de construção de uma negociação coletiva para a implementação de estratégias que estendam o benefício da renda territorial para o conjunto da população, têm criado uma perspectiva de exclusão de parcela significativa dos agricultores. Apesar dos ganhos auferidos por esses agricultores, com a valorização das terras e de seus produtos, a diferença no nível dos ganhos pressiona por uma nova organização produtiva, centralizada nas vinícolas estabelecidas no território, em detrimento dos agricultores.

Outro tipo de problema pode ser observado na utilização de sistemas de certificação, que é um dos mecanismos de identificação do produto com diferenciação por identidade territorial. Para que sejam eficientes, os processos de certificação que possam ser utilizados para esses produtos devem ser definidos com um claro conhecimento das características que os diferenciam, e de sua associação com os valores culturais territoriais (FLORES, 2004). Esses sistemas podem ser muito importantes para as estratégias de valorização desses produtos em favor das comunidades locais (e dos consumidores), desde que desenhados e construídos de maneira ética em relação ao conjunto da

sociedade local, porque também podem se transformar em instrumentos de exclusão social (FLORES & ALMEIDA, 2002; BYÉ & SCHMIDT, 2001).

Sem dúvida, o problema da possibilidade da exclusão social indica que a implementação de sistemas de certificação para produtos diferenciados deve ser precedida de estudos que visem avaliar os impactos que podem causar ao desenvolvimento de uma região. Um caminho mais adequado está na identificação dos atores interessados, na análise dos ganhos para os produtores e para os consumidores, tanto para mercados internos como para mercados externos (BARROS & VARELLA, 2004).

Em algumas experiências brasileiras onde a diferenciação do produto está associada a um sistema de produção orgânica (ou seja, um território com a identidade cultural ligada a sistemas de produção que protegem o meio ambiente), o custo da certificação tem excluído boa parte dos agricultores familiares. A saída, nesse caso, tem sido a de buscar a construção de mecanismos de certificação coletiva, com a utilização de sistemas de auditoria interna (para o conjunto de produtores) que permitam a redução dos valores a serem pagos por cada estabelecimento rural<sup>11</sup>. Este foi o caminho, por exemplo, dos produtores associados da AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, no estado de Santa Catarina). Ainda assim, este tipo de iniciativa tem dificuldade pelo custo que tem o sistema interno, ainda inalcançável para grande parcela dos agricultores familiares, necessitando de apoio institucional. Isso significa que, os sistemas de certificação podem resultar na exclusão de agricultores sem renda suficiente para participarem do processo de certificação reconhecido pela sociedade.

É importante destacar ainda que muitas ações de valorização de produtos territoriais com identidade cultural são implementadas por organizações não-governamentais. Nem por isso deixam de ser políticas públicas, num conceito mais amplo que o de ação do Estado. Há também diversas ações que contam com apoio direto de empresas privadas (ou por organizações formadas pelas empresas), seja pelo seu interesse direto no tema ou por uma ação de “responsabilidade social” que, muitas vezes, ocorrem sem qualquer protagonismo do Estado. Nesses casos, é preciso atentar para que a sua intervenção sobre ações em curso ocorra sem que se rompam as bases originais que promoveram a mobilização local. No caso da ação das ONG’s, observa-se um esforço no sentido de valorização de produtos, mas não no sentido mais amplo de desenvolvimento territorial, como se verá mais adiante em alguns exemplos.

## **5.2 A busca do acesso ao mercado.**

Para dotar os territórios com capacidade de valorização econômica de seus produtos junto ao mercado, as intervenções de políticas públicas devem se dar no sentido de fazer com que *“a oferta territorial seja o mais coerente possível com a esperada pela demanda, para a qual se dirige explicitamente”* (CAROLI, 2004). Esse tipo de intervenção deve estar associado a ações que busquem atrair o tipo de demanda, segundo o autor, *“mais preparada para a dinâmica evolutiva do território”*. Para esse autor, é importante a implementação de uma estratégia de marketing do território, que precisaria estar diferenciada da gestão do território. Esta estaria voltada para o

---

<sup>11</sup> Trata-se de um processo de certificação por amostragem em grupos organizados, realizado pela ECOCERT-Brasil, baseado num sistema de controle interno - SCI, que sofre auditoria por parte de um consultor externo a serviço da certificadora. Nesse sistema, cada produtor deve ser visitado por um técnico do SCI ao menos uma vez por ano e Todas as unidades produtivas deverão ser visitadas em controle interno (DEAÑO, 2005).

desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o marketing do território é capaz de orientar os processos de produção da oferta territorial, valorizando os resultados tangíveis.

Apesar da diferença entre ambos, o autor ressalta que isso não significa uma separação. Alerta que o marketing assume as condições que compõem o território, o que é resultado das políticas de desenvolvimento, estando “*vinculado aos objetivos de coesão social e de sustentabilidade ambiental e tem por finalidade facultar a máxima competitividade econômica ao território*”. Afirma ainda que as condições político-institucionais do território são uma fonte exógena de possíveis vínculos ou oportunidades para os atores locais. Como resultado, o marketing cria as condições para o melhor aproveitamento das oportunidades do território e faz a comunicação entre os ativos específicos que atraem os consumidores para o território, e que o diferencia.

Para SANTOS, os produtos cujo consumo se transfere ao nível global, não passam de “localismos” que ganham esse espaço associados ao processo de globalização hegemônica. Quando perdem a relação com sua base territorial e passam a ser um produto mundial, deixam de ser produtos com identidade cultural e passam a serem vistos como “commodities”.

No caso da diferenciação de produtos com base na identidade cultural que delimita o território, um instrumento importante está na possibilidade de sucesso no uso de sistemas de caracterização da diferenciação dos produtos, com a sintonização clara entre consumidor e produtor. É importante destacar que as marcas globais podem se apropriar desse processo de valorização cultural, desde que essa relação entre produtores e consumidores não seja estabelecida de forma adequada, sem a formação de uma afinidade entre os grupos de atores. No sul do Brasil há uma forte identificação dos consumidores em relação ao produto colonial, produzido pelas comunidades de imigrantes europeus. Para o consumidor, há uma relação com um processo artesanal de produzir, com um saber-fazer específico, que garante uma diferenciação do produto. No entanto, algumas marcas de grandes empresas já adotam a denominação “produto tipo colonial”, sem que tenham as mesmas características artesanais de produção. Além de ter a vantagem de possuir acesso a esses sistemas de abastecimento regionais ou nacionais de abastecimentos (super e hipermercados), se beneficia da imagem que o consumidor tem do produto, apropriando-se da própria denominação que diferencia o produto.

O que se tem verificado em diferentes experiências brasileiras (inclusive nos casos a serem relatados abaixo) é que esses processos de acesso ao mercado de comunidades com produtos diferenciados por identidade cultural têm ocorrido no sentido do aprender-fazendo. O caso da AGRECO, citado anteriormente, demonstra bem esse processo. A diferenciação do produto territorial teve como base a produção orgânica, na forma ética de produzir (através da agricultura familiar e sem exploração do trabalho) e na característica principal da região, que forma um “corredor ecológico” entre dos parques nacionais, e é onde se localizam as nascentes dos rios que abastecem algumas das principais cidades do litoral de Santa Catarina (SCHMIDT, 2004).

Apesar de uma estratégia definida de identificação do produto e de criação de uma relação consumidores-produtores baseada em interesses diretos e indiretos dos primeiros, diversas tentativas tiveram que ocorrer no processo de mercado. A dificuldade de relação com redes regionais e grandes redes de abastecimento limitaram esse caminho, impondo a busca de novas formas de acesso: venda direta ao consumidor, ligação com uma rede de economia solidária e o mercado institucional (merenda escolar). A experiência levou a um processo de distribuição local, se expandiu para um mercado regional e retorna para o mercado local, dadas as dificuldades operacionais junto aos sistemas de abastecimento (SCHMIDT, 2004). Diferentes foram os atores

públicos que apoiaram o processo, mas há uma forte limitação desses atores de participarem de negociações que superem as dificuldades de acesso aos sistemas de abastecimento<sup>12</sup>.

Observa-se a partir dessa e de outras experiências que o próprio reconhecimento do consumidor em relação à identidade do produto, ainda que de seu interesse, não é uma garantia de acesso ao mercado. Outros condicionantes relacionados às formas de atuação dos sistemas de abastecimento podem causar restrições consideráveis ao sucesso do produto no mercado, principalmente quando se trata de ações de comunidades que ofertam pequenas quantidades de produtos.

## **6. Uma análise comparativa de estudos de caso**

### **6.1 O programa LEADER e as políticas públicas brasileiras.**

O programa LEADER, implementado pela União Européia, tem como principal característica apresentar um enfoque territorial, multisetorial e integrado, seguindo o princípio das economias de diversificação (SARACENO, 2005). Para a autora, as principais características desse programa são: (i) atua sobre territórios definidos por áreas rurais pequenas e homogêneas, com amplo conhecimento entre si, dos atores locais, e deles com a economia local; (ii) desenvolve uma importante participação coletiva; (iii) promove a integração vertical de diferentes níveis institucionais; (iv) fortalece a participação ampla dos atores, públicos e privados; (v) promove ações integradas, inovadoras e multisetoriais, enfatizando os recursos específicos locais; e (vi) estimula intercâmbios de experiências e de colaboração. A homogeneidade do território facilita a definição da identidade cultural, a ser traduzida na diversidade de produtos relacionados com as especificidades locais.

A busca, segundo a autora, tem sido de gerar uma dinâmica endógena positiva nas áreas rurais, com ampla participação dos atores e resultados significativos na diferenciação de produtos, tendo sido o principal instrumento para a promoção da diversificação e das áreas rurais européias. A estratégia dessa política pública (da União Européia) tinha como base considerar os aspectos únicos e as especificidades de cada área para melhorar a competitividades e a atração das áreas rurais. Apesar de se tratar de uma política pública de desenvolvimento territorial, a autora alerta para a necessidade de se levar em conta que a implementação desse tipo de política não significa a exclusão das políticas setoriais, apesar de que os efeitos esperados sejam muito distintos entre os dois tipos de política.

Como conclusão de sua avaliação da aplicação desse tipo de experiência na América Latina, afirma que essa perspectiva territorial de desenvolvimento, orientada para a diversificação, tem maior probabilidade de criar condições para uma economia mais dinâmica no médio ou longo prazo, do que o foco exclusivamente setorial. Acredita que na América Latina há um maior equilíbrio que na Europa em relação às políticas de desenvolvimento agrícola e de desenvolvimento rural, o que provocaria um menor nível de conflitos, criando melhores perspectivas de complementaridade entre os dois tipos de políticas.

No Brasil, o espaço rural também tem sido alvo de iniciativas de desenvolvimento territorial. Essas iniciativas têm ocorrido provenientes de diversos níveis de políticas públicas. O

---

<sup>12</sup> O processo de construção desse projeto está descrito em artigo que se encontra em anexo, sob o título “A construção social de um território – a ação da AGRECO nas encostas da Serra Geral”, escrito por Wilson Schmidt, 2004.

Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vem implementando uma política de desenvolvimento territorial, fincada nos espaços rurais com alto envolvimento da agricultura familiar. No entanto, suas estratégias se distanciam muito da experiência do programa LEADER, na medida que vem atuando com a definição de territórios amplos e sem homogeneidade, a partir de definições técnicas dos organizadores das políticas.

De acordo com ABRAMOVAY et al. (2005), citando SUMPSI (2005), são os grupos de ação local que definem os territórios do programa LEADER, formados por *“uma rede política composta por diversas agências governamentais, pelo setor privado, por sindicatos, por ONG’s e forças sociais ligadas à arte, à cultura, além dos eleitos locais”*. Para o autor, a estratégia adotada na Europa permitiu a superação de limites municipais para uma relação de proximidade. No caso da experiência brasileira, busca-se a superação também desse limite municipal, mas o tamanho dos territórios e sua heterogeneidade são suficientes para tornar mais difícil a sua definição por uma identidade cultural. Ainda de acordo com ABRAMOVAY et al. (2005), a *“formação de territórios a partir de uma iniciativa centralizada, como é o caso no Brasil, envolve o risco de que os atores mais importantes de sua dinâmica econômica, social, política e cultural estejam ausentes de suas organizações animadoras. Este risco aumenta quando a política de desenvolvimento territorial vem de um ministério específico e não corresponde, de fato, a uma decisão incorporada por uma variedade de agências governamentais”*.

A própria definição de território distancia o programa brasileiro das experiências internacionais de desenvolvimento territorial com base na identidade cultural, quando assume que *território é uma área geográfica de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns* (COUTO FILHO et al., 2005). Essa definição não contempla as questões relativas à construção social, a identidade, as relações de poder local, citando apenas alguns pontos centrais do conceito de território, estando muito mais próxima de uma definição de desenvolvimento regional, associado a um esforço de articulação das políticas públicas. Isso torna mais difícil a implementação de estratégias de valorização da especificidade local, dificultada pela ausência de delimitação das identidades culturais.

Além disso, considerando suas largas dimensões, que dificulta a constituição de laços de proximidade e de conhecimento entre os atores locais, e a forma de sua construção (“top - down”), as grandes diferenças de identidades dentro dos territórios estabelecidos como objetos de intervenção também dificulta o estabelecimento de estratégias que venham a valorizar os produtos com base nas especificidades territoriais. Os territórios definidos como alvo de integração de políticas públicas não possuem os graus de homogeneidade, nem o grau de proximidade dos atores que permitisse a implementação desse tipo de ação.

Outro ponto que afasta as duas estratégias é que a definição de um público prioritário para a política de desenvolvimento territorial, como afirmam os autores, provoca a ausência de segmentos importantes na dinâmica territorial nos espaços de negociação, o que *“afasta estas organizações de sua missão básica, reforça sua natureza reivindicativa e inibe sua capacidade de formulação de projetos inovadores”*. Esse é um ponto que é reforçado por diversos movimentos sociais brasileiros, que não querem o envolvimento de setores empresariais nas negociações locais para o estabelecimento de projetos de desenvolvimento territorial (CAZELLA e FLORES, 2005).

A possibilidade que surge para a associação da política pública de desenvolvimento rural brasileira com a busca de caracterização de produtos com identidade cultural, seria o trabalho dentro desses macroterritórios, com microterritórios definidos a partir da construção social de uma identidade que ganhe os contornos geográficos de menores dimensões e maior homogeneidade

sócio-ambiental. A partir de uma estratégia como essa, poderiam ser definidos elementos gerais que justifiquem a focalização desses espaços territoriais (macroterritórios) como alvos prioritários das políticas públicas e, sobre os quais, podem ser definidas estratégias para as políticas setoriais. E poderiam ser definidas estratégias de desenvolvimento territorial para os diversos territórios com identidade cultural presentes nesse espaço geográfico (Figura 1), de forma a se poderem implementar ações que busquem explorar as especificidades locais.

Este modelo, com o trabalho contendo duas definições de território, está sendo discutido no âmbito do projeto “Desenvolvimento territorial sustentável das Encostas da Serra Geral”, no estado de Santa Catarina – Brasil. O projeto, que se encontra em fase de discussão para ser elaborado, busca estabelecer um diálogo entre os diferentes atores numa região que envolve 18 municípios. Trata-se de uma região situada entre dois parques florestais, com importante presença de restos da mata Atlântida (que cobria quase toda as áreas litorâneas do Brasil, sendo uma floresta de grande biodiversidade) e onde se encontram as nascentes dos rios que abastecem muitas cidades do litoral do estado. Há uma busca local de sua caracterização como um “território sustentável”, em seu conjunto (macroterritório), e de fortalecimento de diversos outros territórios com identidades culturais (microterritórios) existentes dentro desse espaço geográfico. Em anexo, se apresenta a estratégia e o resumo dos debates encontrados até o momento, na construção do projeto.

## **6.2 Ações regionais de valorização de produtos locais.**

Existem iniciativas que foram desenvolvidas em várias partes do Brasil, que buscam a diferenciação dos produtos com base em especificidades locais. A seguir, serão apresentados alguns casos que representam diferentes situações: (i) mobilização dos próprios atores locais, sem apoio de políticas públicas – o caso do leite de Nossa Senhora da Glória; (ii) apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais, através de políticas públicas – o caso da atuação do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE); (iii) a construção de Indicações de Procedência - IP e de Denominações de Origem Controlada – DOC – o caso do Vale dos Vinhedos; (iv) as oportunidades que não são estruturadas como iniciativas que valorizem o produto e o território – o caso da carne de sol do Seridó; e (v) as iniciativas de parceria de ONG's e representações de produtores – o caso do BNAF.

Trabalhando com a perspectiva de um “sistema agroalimentar localizado”<sup>13</sup>, CERDAN & SAUTIER (2002) analisaram o caso da região produtora de leite do município de Nossa Senhora da Glória (Sergipe, Brasil), onde estão presentes pequenas fábricas de queijo. Os consumidores passaram, com o tempo, a diferenciar o produto “queijo de Glória” das demais opções, no mercado, produzindo queijos específicos da região como o coalho, além do requeijão e da manteiga. Segundo os autores, “*a concorrência local entre os compradores leva a uma fixação do preço do leite favorável aos produtores*”. O saber-fazer local é repassado localmente para os diferentes atores e, pela sua relação de produção de leite e derivados com outras atividades como a suinocultura, estas acabam beneficiadas pelo fortalecimento das queijarias.

Apesar de modestas e rudimentares, é um caso importante de ação dos atores locais, com pouco benefício proporcionado por políticas do Estado. Trata-se de um exemplo, como afirmam os autores, de (i) uma capacidade de um setor artesanal de inovar e de (ii) uma capacidade de regulação, apesar das dificuldades do sistema produtivo que se encontra inclusive como uma atividade desprovida de amparo legal. Apesar do nível de renda muito baixo, inclusive operando fora dos marcos legais exigidos pela legislação sanitária (o que impede o acesso a crédito oficial e

---

<sup>13</sup> Segundo definição de CIRAD-SAR, são organizações de produtores e serviços vinculadas, por suas características e seu funcionamento, a um território definido.

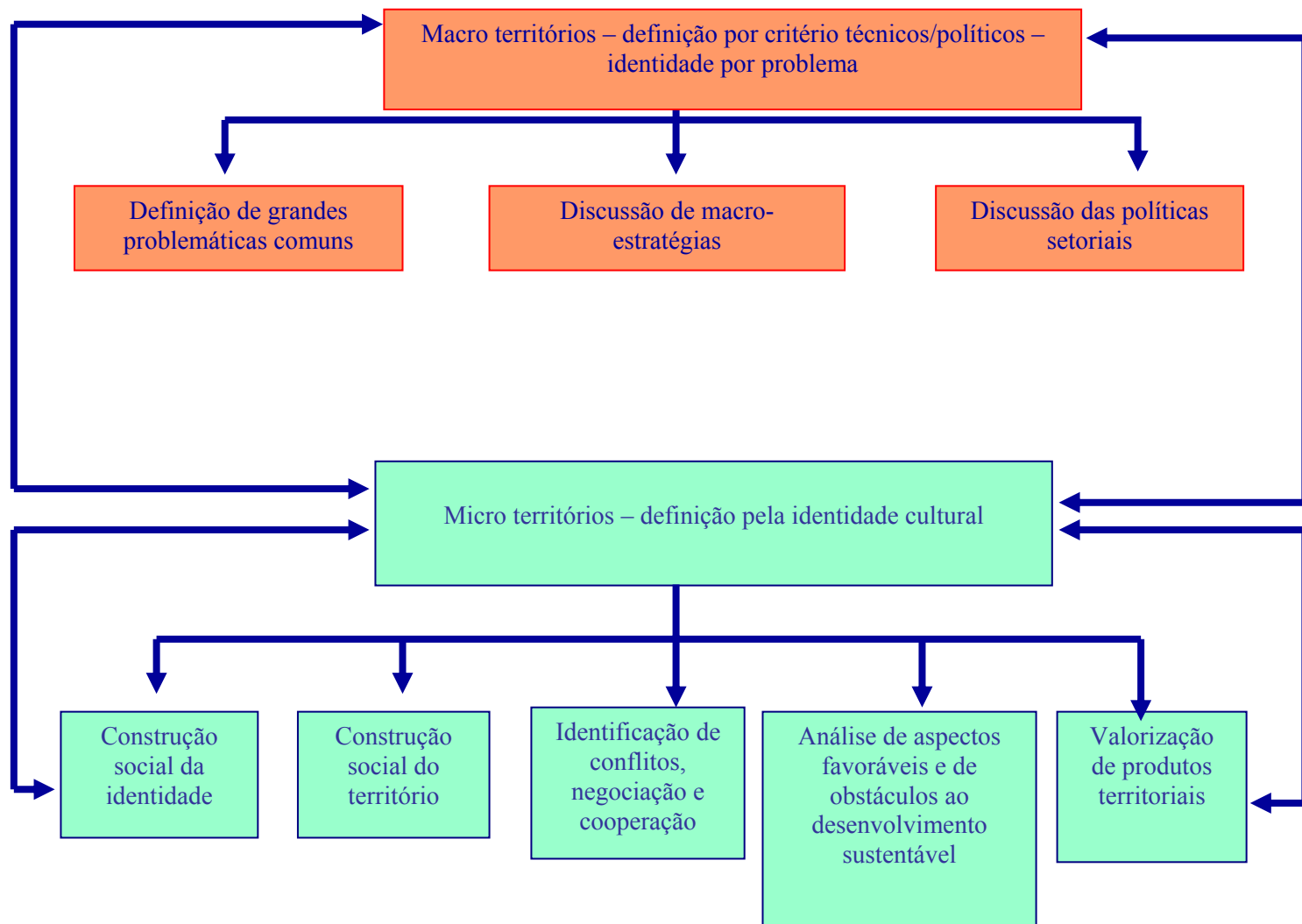


Figura 1: figura adaptada das discussões sobre a elaboração do projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável das Encostas da Serra Geral” (Santa Catarina, Brasil). O autor agradece às contribuições de Mônica Koch (PNUD) e Joel Paulo Perotto (CIDASC).



de organizações do estado) , criou-se uma clara identificação entre produtor e consumidor, o que permitiu o crescimento do capital social local, cujos resultados se traduziram na valorização dos produtos. Segundo os autores, seu resultado positivo está ligado a capacidade local de inovação e a preservação de sua capacidade de regulação. No entanto, ressaltam a importância de se promover o “*envolvimento das coletividades locais e públicas no fortalecimento dos sistemas produtivos localizado*”, através de sistemas de informação, promoção de feiras e de eventos de divulgação da notoriedade e da imagem coletiva dos produtos. E, necessariamente, uma adaptação da legislação para trazer para a formalidade iniciativas como essa.

Um outro tipo de articulação em torno da valorização dos produtos com identidade cultural, com base em territórios, vem sendo desenvolvido pelo SEBRAE (uma organização para-estatal do Brasil), que focaliza seus esforços nos arranjos produtivos locais, dando ênfase a casos onde há uma “clusterização” pré-existente (SEBRAE, 2004). Desta forma, a estratégia do SEBRAE voltada ao apoio a ações de desenvolvimento territorial tem sido no sentido de “*implementar ações que busquem facilitar a cooperação entre empresas e ampliar sua capacidade de inovação e agregação de valor aos produtos*” (Paula, 2004). Uma vez identificados territórios com possibilidades de resultados significativos, a organização age com enfoque em: (i) ações de sensibilização ou indução; (ii) instrumentos de análise e diagnóstico; (iii) fomento e incentivos à constituição de redes; e (iv) estruturação da oferta de serviços (SEBRAE, 2004). Constitui-se num importante exemplo onde um agente de desenvolvimento (no caso, paraestatal) intervém no processo, desde o fortalecimento das relações entre os atores locais, buscando criar a formação de um maior capital social para produzir resultados sobre trabalhos com os arranjos produtivos locais.

Existem ainda outros tipos de experiências que envolvem segmentos mais organizados economicamente, e que têm buscado iniciar trabalhos de diferenciação de produtos com base na identidade cultural. O primeiro caso de construção de uma Indicação de Procedência no Brasil, com registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial ocorreu numa região denominada de Vale dos Vinhedos (região da Serra Gaúcha – estado do Rio Grande do Sul), que possui uma identidade ligada à colonização italiana e à produção vitivinícola. De simples produtores de uva ou de vinho artesanal ao longo da maior parte do século XX<sup>14</sup>, nas últimas três décadas houve a promoção da entrada de variedades de uvas para vinhos finos. Com o crescimento da capacitação de muitas famílias (muitos jovens participaram de treinamentos em diferentes níveis, em vários campos ligados à produção vitivinícola), foi possível o início da criação das próprias vinícolas locais, que passaram a não depender mais das grandes empresas para a aquisição das uvas. Passaram a produzir tanto vinhos comuns como vinhos finos (a partir das *vitis viniferas* européias).

A partir do início dos anos 2000 obtiveram o registro de Indicação de Procedência para vinhos finos sob a denominação de Vale dos Vinhedos. A partir daí, iniciou-se um trabalho para a construção de uma denominação de origem do território – DOC. A esse trabalho associou-se um forte desenvolvimento do enoturismo, que é parte da própria estratégia das empresas locais para a divulgação de seus produtos no mercado nacional. Essa experiência foi implementada a partir da própria organização dos produtores (Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, organização que envolve não só as vinícolas, mas outras empresas de setores que se favorecem da atividade, como hotéis, pousadas e restaurantes), que recebeu apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

---

<sup>14</sup> Os imigrantes italianos começaram a chegar a essa região no ano de 1875. Inicialmente produziam diversos tipos de alimentos para a subsistência, tendo introduzido a uva como seu principal produto comercial.

A partir de 2005/2006, a APROVALE, em parceria com o SEBRAE, iniciou um trabalho de aproximação da imagem do produto junto ao consumidor de grandes centros consumidores. Para isso, diversas ações estão sendo implementadas, como a de qualificação do pessoal de atendimento ao consumidor, principalmente em restaurantes e lojas especializadas, para transmissão da informação sobre o diferencial que representa a denominação “Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos”, que se apresenta na rotulagem da garrafa de vinho. Foi verificado que não há a decodificação dessa mensagem pelo consumidor, que apenas diferencia os vinhos do Vale dos Vinhedos, mas não os que apresentam esse certificado.

Com a primeira experiência de formação de uma Indicação de Procedência, novas demandas começaram a surgir em torno de setores produtivos que possuem alguma organização, para buscar a diferenciação dos produtos a partir da identidade local e seus atributos específicos, para a construção de indicações de procedência. Existem demandas para o apoio da Embrapa (ou mesmo do SEBRAE) para o trabalho junto à produção de carne da região dos pampas gaúchos, no Brasil, da cachaça de diversas regiões (as quais já vem havendo um reconhecimento pela associação do produto com o território, como é o caso da cachaça de Salinas – no estado de Minas Gerais, e de Antônio Carlos e Luis Alves – no estado de Santa Catarina), e da uva de mesa da região noroeste do estado de São Paulo, assim como outros exemplos. Nesses casos, há uma certa organização dos produtores, que envolve desde produtores artesanais até segmentos mais industrializados, que favorece o trabalho de construção da diferenciação do produto pela sua identidade territorial. Já existe uma rede social local significativa e a identificação do consumidor em relação à identidade do produto local também está presente.

Por outro lado, existem diversas situações de reconhecimento por parte dos consumidores sobre determinadas especificidades de produtos territoriais, mas isso não consegue se traduzir em ações que fortaleçam a produção e a renda dos produtores. É o caso, por exemplo, da carne de sol do Seridó (uma região do semi-árido do Nordeste do Brasil), reconhecida pela sua qualidade, cuja diferenciação não possui uma estratégia de organização da produção, muito menos de acesso a mercado. Não proporciona a formação de uma estratégia específica de desenvolvimento nem favorece a formação de algum tipo de renda específica. Alguns esforços surgem, mas insuficientes para o rompimento das práticas políticas tradicionais que impedem a construção de iniciativas inovadoras<sup>15</sup>.

Algumas outras iniciativas locais surtem efeitos, mesmo que não tenha havido uma estratégia específica, organizada com a finalidade de diferenciação de produtos por relação territorial. Como exemplo disso, pode-se apresentar o caso de produtos agrícolas do município de Mafra (estado de Santa Catarina) que tiveram apoio do Banco Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família – BNAF<sup>16</sup>. Esses produtos conquistaram junto aos consumidores locais uma imagem de qualidade e passaram a ser diferenciados no mercado pela “marca” BNAF. Por diversas vezes, produtos de outras regiões tentaram entrar no mercado local, utilizando de forma inadequada esse referencial (BNAF), porém não lograram êxito.

---

<sup>15</sup> Recentemente se realizou a Festa da Carne de Sol, no município de Caicó, estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de resgatar a tradição da carne de sol, do queijo do sertão, do artesanato e da cultura da região do Seridó, buscando o fortalecimento de sua diferenciação no mercado. Durante o Festival, foram realizadas oficinas técnicas e reuniões, em busca da melhor organização da cadeia produtiva da carne de sol e queijo do Seridó ([www.seol.com.br](http://www.seol.com.br)).

<sup>16</sup> Não se trata de um banco e financiamento, mas de um banco de informações e apoio técnico, como projeto realizado por uma organização não-governamental denominada de Fundação Lyndolpho Silva.

O projeto teve sucesso graças a uma forte ação técnica de uma organização não-governamental (Fundação Lyndolpho Silva), apoiada politicamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (que representa os agricultores familiares) do município. Elas conseguiram criar um sistema de assistência técnica voltado especificamente para essa iniciativa. Além disso, o fortalecimento da organização produtiva favoreceu a estruturação de um sistema cooperativista de crédito, que facilitou o acesso dos agricultores ao financiamento de suas atividades, proporcionando uma alavancagem da poupança local. A parceria entre a ONG e o sindicato permitiu o fortalecimento do capital social local, e sua estratégia esteve mais ligada à capacidade de associação de uma assistência técnica adequada aos agricultores (num processo de co-gestão entre técnicos e sindicato) com uma visão de acesso ao mercado.

A partir da integração dessas organizações, mais tarde apoiada pelo governo municipal, foi possível a criação de um novo amparo institucional, de caráter informal, que consolidou a presença dos produtos diferenciados, relacionando território e qualidade, no mercado local. Este é um exemplo onde não há uma formação institucional do território, onde as relações se estabeleceram pela estreita confiabilidade criada entre os atores, com base numa institucionalidade local.

## **7. Comentários finais.**

Todo o processo de construção social, a partir de uma ampla participação dos atores sociais, com o enfrentamento dos conflitos explícitos ou implícitos, em busca da negociação para a cooperação voltada ao desenvolvimento sustentável, da identidade e do território a ela vinculada, está baseado na capacidade local das redes de atores de se mobilizarem a fim de produzirem um dinamismo inovador. Quanto maior a multiplicidade dos pontos de conexão dessas redes, maior será o fluxo de conhecimento e informação, favorecendo ainda a interação, a articulação, a cooperação e a aprendizagem (PAULA, 2004). Esse processo daria aos atores locais a capacidade de inserção no mercado de forma autônoma<sup>17</sup> em relação a forças externas.

Essas redes são componentes do que muitos autores chamam de capital social. Ao contrário do que defende a visão puramente culturalista, todo esse capital social pode ser construído, a partir de uma inter-relação entre o Estado e a sociedade local. A implementação de estratégias de inserção econômica que envolva o benefício de todos os atores locais requer o rompimento dos impedimentos político-institucionais. Em situações de extrema fragilidade do capital social local, o rompimento desses impedimentos para a implementação de ações significativas de desenvolvimento com forte componente endógeno, voltado à diferenciação cultural e ao fortalecimento das especificidades locais como atributos que permitem o encontro de espaços diferenciados de mercado, deve ser feito por organizações fortemente capazes de levar adiante essa proposição. Essa força pode surgir da sinergia entre a sociedade local e o Estado.

Por outro lado, há que se considerar que nem todas as estratégias de desenvolvimento estão baseadas em iniciativas do poder público, seja ele municipal, regional ou nacional. Por vezes, essas ações ocorrem no seio da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais, ou ainda por ação de empresas privadas (ou ainda estatais). Pelos limites das organizações não-governamentais, muitas de suas ações têm sido relevantes no esforço de diferenciação dos produtos, sua valorização no mercado e formação de imagem junto ao consumidor, mas não alcançam a construção de estratégias de desenvolvimento territorial em seu sentido mais amplo. Nesses casos, a intervenção do estado pode ser danosa ao processo, se ela não ocorrer de acordo com os interesses locais que originaram o processo de desenvolvimento. De

---

<sup>17</sup> Novamente o sentido de autonomia que não implica em independência, mas de capacidade de negociação sem subordinação.

qualquer modo, as dificuldades em implementar esse tipo de estratégia de desenvolvimento não são dadas pelo nível econômico, mas pela capacidade em estimular ou não o capital social e as redes locais, em busca do fortalecimento da autonomia das sociedades.

Observa-se que os resultados positivos de diversos estudos de caso apontam para a compreensão de que a especificidade apresentada no produto ou serviço, e que está relacionada à identidade territorial, correspondendo a características sócio-culturais locais, precisa ser identificada pelo consumidor, que pode ser local ou não, dependendo de cada caso. As estratégias que se baseiam nesse tipo de valorização dos produtos estão relacionadas a conteúdos simbólicos da mensagem enviada pela relação entre o produto e seu território, cuja recepção pelos consumidores está associada ao seu próprio contexto sócio-histórico (THOMPSON, 1998). Elas estão baseadas em novas formas de diálogo entre produtores de um determinado território e consumidores, onde a decodificação da mensagem liberta os conteúdos simbólicos, presentes no imaginário do consumidor. No entanto, o estabelecimento desse diálogo e do interesse de ambas as partes não garante, por si, resultados de mercado, consideradas as restrições nas negociações com os sistemas de abastecimento. Grande parte das experiências de valorização de produtos tem ficado limitada a mercados locais e restritos pelas dificuldades de acesso a redes de abastecimento que possam colocar os produtos em outras regiões.

A inserção desse esforço de valorização de produtos com identidade territorial a uma perspectiva de sustentabilidade do desenvolvimento, por sua vez, requer uma revisão na base conceitual que orienta a integração entre as diversas racionalidades das sociedades, envolvendo num mesmo nível seus aspectos econômicos, sociais, ecológicos, culturais e políticos. Para buscar novos caminhos para a sustentabilidade, o ecodesenvolvimento, tendo como base ciências como a ecologia humana, a ecologia política e a teoria do uso dos recursos comuns, torna-se um importante referencial para a construção de processos de desenvolvimento territorial sustentável. Elas oferecem uma perspectiva de co-gestão do desenvolvimento territorial, a partir da negociação dos conflitos entre os diferentes grupos sociais em busca de formas de cooperação, baseada em espaços institucionais que permitam a plena negociação dos atores locais, com o cuidado de não se produzir o que CAZELLA (2002) chama de “*elitismo de desenvolvimento*”.

Todos os conflitos devem ser enfrentados, estejam eles explícitos ou implícitos, e sobre os quais deve haver negociações que produzam resultados de cooperação para o desenvolvimento coletivo. Quando os conflitos não são colocados em debate ou as negociações são manobradas por alguns grupos de poder das redes locais, seus resultados distanciam o processo de desenvolvimento da equidade social e, na maioria das vezes, da prudência ecológica necessária à sustentabilidade ambiental, na medida em que determinados grupos impõem seus interesses sobre o uso dos recursos naturais de uso comum.

Além de uma nova base institucional, o desenvolvimento territorial com identidade cultural requer novas organizações de apoio para proporcionar um alcance mais amplo que supere os limites dos grupos sociais mais fortemente estruturados. As proposições teóricas e os estudos de caso apresentados indicam para algumas necessidades básicas fundamentais:

- a) estruturas técnicas que permitam a gestão combinada de saberes (ou “gestão dos saberes”), envolvendo os conhecimentos locais (incluindo conhecimentos tradicionais) e os conhecimentos científicos, favorecendo o desenvolvimento de técnicas específicas locais, integradas ao ambiente sócio-ambiental do território, e que valorizem as suas especificidades. Nesse caso, as experiências mais interessantes têm ocorrido no âmbito de organizações não-governamentais, que têm tido mais flexibilidade para romper com a ação tecnocrática. Há necessidade de formar uma

competência metodológica para a realização de trabalhos com características inter e transdisciplinar<sup>18</sup>;

- b) estruturas financeiras que dotem os atores locais de maior autonomia em relação às redes de poder, de tal forma que possam ser instrumentos de rompimento do controle social por meio de políticas assistenciais. Devem ser capazes ainda de captar a poupança local, buscando, como afirma ABRAMOVAY (2003), compreender a diferença entre microfinança e microcrédito, o que tem dificultado a própria capacidade local de financiamento. Exemplos de sucesso, no caso brasileiro, têm sido o surgimento de diferentes formas de organização de cooperativas de créditos, mobilizando diversos grupos de atores locais e estendendo a capacidade de acesso a recursos além dos limites oferecidos pelas rígidas imposições do sistema bancário. Sua formação pode ser apoiada não só pelos interessados diretos em seu financiamento, mas por toda a sociedade local;
- c) capacitação dos agentes de desenvolvimento para o trabalho dentro de um novo contexto institucional e com importantes premissas sobre participação social, descentralização política e gestão dos saberes, envolvendo conhecimento sobre gestão de conflitos e de gestão de políticas territoriais e setoriais e de ação no espaço inter e transdisciplinar;
- d) estruturas empresariais que estimulem a construção de projetos coletivos, que envolvam a cooperação horizontal, no espaço do território, facilitando o fluxo de informações e de ações inovadoras coletivas. A experiência do caso do Vale dos Vinhedos é uma demonstração de que um setor mobilizado pode ser capaz de superar a falta de apoio do estado e implementar ações que favoreçam a valorização dos produtos territoriais.

No trabalho procurou-se apresentar um conjunto de casos que representaria as situações que vêm sendo encontradas no Brasil, e que devem se repetir na maioria dos países latino-americanos e que poderiam ser organizados em torno de dois grupos:

- 1. iniciativas de valorização de produtos territoriais, desenvolvidas sem apoio do poder público.
  - a) onde é construída uma dinâmica própria, a partir dos atores locais, com apoio de organizações não-governamentais ou das próprias associações locais, com ou sem apoio de sistemas formais ou informais de certificação;
  - b) onde não tem sido possível estabelecer ações concretas, apesar de existir o reconhecimento da diferenciação do produto territorial por parte de consumidores;
  - c) onde as ações estão apoiadas em iniciativas de grupo(s) econômico(s) forte(s), que atua motivado por seus interesses comerciais diretos, ou no sentido de estabelecer ações de responsabilidade social, que reforcem sua imagem no mercado.

---

<sup>18</sup> O trabalho interdisciplinar significa a formação de um grupo multidisciplinar, envolvendo diversas ciências de forma integrada, orientado por um marco epistemológico construído coletivamente (GRACIA, 1994; GODAR e LEGAY, 2000; GODARD, 2000). A transdisciplinaridade envolve também outros atores, fora dos espaços das ciências. Mas que são decisivos na gestão do desenvolvimento.

2. iniciativas com apoio do poder público.
  - a) estabelecidas apenas com o objetivo de valorizar determinado produto no mercado, através de instrumentos institucionais;
  - b) inseridas num contexto de implementação de estratégias e ações de desenvolvimento territorial sustentável;
  - c) associadas a recursos institucionais que diferenciam os produtos, ou o próprio desenvolvimento, tais como áreas de parques florestais ou áreas de preservação de patrimônio histórico-cultural.

Por fim, pode-se afirmar que cada um desses grupos de construções territoriais, com diferenciação de produtos com base em identidade cultural necessita de apoio específico, através de políticas públicas que as fortaleçam, sem promover a sua descaracterização de sua base social.

## 8. Bibliografia.

1. ABRAMOVAY, R. Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 1998. 25p.
2. ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O.A.(eds). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controversas e experiências*. Brasília: Embrapa, 2002. p. 113-128.
3. ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
4. ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, M. A agricultura familiar entre o setor e o território. Relatório final para o projeto As forças sociais do novo território – o caso da mesoregião grande fronteira do mercosul. Programa de pesquisa: movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial – RIMISP/IDRC. Dezembro, 2005.
5. ABDELMALKI, L. *et al.* Technologie et territoires: □ê territoire comme création collective et ressource institutionnelle. In: PECQUEUR, B. (éd.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris, L’Harmattan, 1996, pp. 177-194, 246 p.
6. ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
7. ARANTES, A.A. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
8. ARTHUR, B. Self-reinforcing mechanisms in economics. In: ANDERSON. P, ARROW, K, PINES, D (eds). *The economy as an evolving complex system*. Addison-Wesley, Reading, MA, 1988.
9. BARROS, A.F.G. & VARELLA, M.D. A nova tendência mundial de segurança alimentar e o sistema de certificações. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
10. BENKO, G. *et al.*. Les districts industriels revisités. In: PECQUEUR, B. (éd.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L’Harmattan, 1996, pp. 119-134.

11. BERKES, F. Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. In: Ostro, E. Et al (eds). *The drama of the commons*. 2002.
12. BERKES, F. Sacred ecology – traditional ecological knowledge and resources management. Ann Arbor: Taylor & Francis. 1999.
13. BYÉ, P. & SCHMIDT, W. Agricultura familiar no sul do Brasil: de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada. Apresentado no workshop “*□ês formes sociales d’exercice □ês activités agricoles à l’épreuve de la modernité avancée*”, no XIX Congress of the European Society for Rural Sociology, Dijon (França), 3-7 setembro de 2001.
14. BILLAUD, J.P. Des dimensions nouvelles pour une identité sociale en question. In: JOLLIVET, M. e EINZER, N. (orgs) *L’Europe et ses campagnes*. Paris: Press de Sciences Politiques, 1996. p. 109-132.
15. BRUNET, R.. □ê territoire dans □ês turbulences. Paris: Reclus, 224 p. 1990.
16. BRUSCO, S. Confiance, capital social et développement local: le modèle italien. In: OCDE. *Réseaux d’entreprises et développement local*. Paris: OCDE, 1999, pp. 127-131.
17. CAROLI, M.G. O marketing para a gestão econômica do território. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
18. CARNEIRO, M.J. Ruralidade – novas identidades em construção. In: SOBER. *Anais do congresso brasileiro de economia e sociologia rural*. Natal: SOBER, 1997. p.147-185.
19. CAZELLA, A. Especificação territorial e mediação de conflitos: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, agosto de 2005.
20. CAZELLA, A. Développement local et agriculture familiale: □ês enjeux territoriaux dans □ê département de l’Aude. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 2002, 395 p.
21. CAZELLA, A. e FLORES, M.X. Relatório final do Seminário preparatório da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizado pela FAO. 2005.
22. CHADDAD, F.R. Denominações de origem controlada: uma alternativa de adição de valor no agribusiness. Dissertação de Mestrado FEA/USP. 1996.
23. CALLON, M. Réseaux tecnico-économiques et irréversibilités. In: BOYER, R. (org). *Les figures de l’irréversibilité en économie*. Paris: EHESS, 1992. P. 195-232.
24. CIRAD-SAR. Systèmes agro-alimentaires □ês □nizat: □ês □nizations, innovations, et développemeent local. Montpellier: Cirad-Sar, 1996.
25. CERDAN, C. & SAUTIER, D. Construção E desenvolvimento dos territórios rurais – sistemas de produção de queijo em Sergipe. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.
26. COUTO FILHO, V.A.; SILVA JUNIOR, J.T.; GAVIRIA, L. Desenvolvimento territorial na Bahia. Caderno Informativo: conceitos e metodologias. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2005.
27. DANSEREAU, P. Impacto ecológico e ecologia humana. In: VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M.A (orgs) *Ecologia humana, ética e educação – a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti, Florianópolis, 1999.
28. DARRE, J.P. L’étude □ês réseaux de dialogue. Angers: ESA, 1986.
29. DAVIDSON-HUNT, I.J. & BERKES, F. Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective. In: BERKES, F, COLDING, J.

- & FOLKE, C. (Eds) *Navigating social-ecological systems. Building resilience for complexity and change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 53-82. 2003.
30. De MONTGOLFIER, J. & NATALI, J-M. Instrumentos para uma gestão patrimonial. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 361-368. 2000.
  31. DEAÑO, M.P. Construindo confiança e garantia: a experiência da AGRECO com o sistema de certificação por amostragem de grupos de agricultores familiares organizados.
  32. DUPUY, J.P. Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1994.
  33. DURSTON, J. Building social capital in rural communities (where it doesn't exist): theoretical and policy implications of peasant empowerment in Chiquimula, Guatemala. Chicago, IL: The Palmer House Hilton/Latin American Studies Association.
  34. EVANS, P. Re-envisioning the reform process: a state-society synergy perspective. Rio de Janeiro, 1998.
  35. FEATHERSTONE, M. Global and local cultures. In: BIRD, J. et al. *Mapping the futures: local cultures, global change*. London: Routledge, 1993.
  36. FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C. & Moreira, A. C. (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 17-42. 2001.
  37. FLORES, M.X. Desenvolvimento territorial rural: uma proposta de estudo para o apoio à formulação de políticas públicas. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
  38. FLORES, M.X. & ALMEIDA, F. Possibilidades no mercado internacional para a agricultura familiar: o mercado justo e o orgânico, e os sistemas de classificação. V encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis, santa Catarina. 2002.
  39. GALTUNG, J. O caminho é a meta. Gandhi hoje. São Paulo: Palas Athena. 2003.
  40. GARCÍA, R. Interdisciplinaridad y sistemas complejos. In: LEFF, E. (org) *Ciencias sociales y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, p. 85-125. 1994.
  41. GLAESER, B. & VYASULU, V. The obsolescence of ecodesvelopment? In: GLAESER, B. (ed) *Ecodesvelopment. Concepts, projects, strategies*. Oxford: Pergamon Press, p. 23-36. 1984.
  42. GODARD, O. A relação interdisciplinar: problemas e estratégias. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
  43. GODARD, O. & LEGAY, J-M. Modelização e simulação: um enfoque da preditividade. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
  44. GRANOVETTER, M. Business groups. In: SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 453-475.
  45. HUBERT, B. Appui à l'agriculture familiale – appuis institutionnels et initiatives locales. Montpellier: INRA-SAD e CIRAD-SAR. Rapport de mission au Brésil. 1997.
  46. ILLICH, I. A expropriação da saúde – nêmesis da medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.



47. JEAN, B. La question rurale: comprende le rural et construire la ruralité. In: JEAN, B. *Territoires d'avenir – pour une sociologie de la ruralité*. Québec: PUQ, 1997. p. 7-35.
48. JOLLIVET, M. Le developpement local, mode ou mouvement social? Paris: Societé Française d'Economie Rurale, 1984.
49. JOLLIVET, M. & PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
50. KUPER, A. Culture: the anthropologist's account. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
51. LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*. Bordeaux, ASRDLE, n° 5, 1985, pp. 837-847, 1031 p.
52. MENEZES, E.C.O. & FLORES, M.X. Os limites da teoria econômica e a perspectiva da ecosocioeconomia. (a ser publicado).
53. Mity-Maisi, P; de Sainte Marie, C; Geslin, P; Muchnik, J; Sautier, D. Systèmes agroalimentaires localizes. Terroir, savoir-faire, innovation. Collection Etudes et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n 32. Paris: INRA, 2001.
54. NASCIMENTO, D.E.; SOUZA, M. Valorização do terroir – uma estratégia de desenvolvimento local. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
55. NORTH, D. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 3<sup>e</sup> pub., 1992, 152 p.
56. NORTH, D. Institutions, Institutional change and economic performance. Cambridge University Press: Cambridge, 1990.
57. OLIVIER DE SARDAN, J-P. Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: APADA/Karthala, 1995, 221 p.
58. OST, F. A natureza à margem da lei. A ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.
59. OSTROM, E. Constituing social capital and collective action. In: KEOHANE, R.O. e OSTROM, E (eds). *Local commons and global interdependence*. London: Sage Publications, 1995. p.125-160.
60. PAULA, J. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
61. PAULILLO, L.F. Redes de poder & territórios produtivos. São Carlos: Rima Editora da UFSCar, 2000.
62. PECQUEUR, B., 1987. De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local. Grenoble, Université des Sciences Sociales, Thèse de doctorat, 475 p.
63. PECQUEUR, B. Qualite et développement – L'hypothese du panier de biens. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.
64. PECQUEUR, B. Le développement territorial : une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. France: Université Joseph Fourier, 2004.
65. PUTNAM, R. Making democracy work. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
66. RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

67. SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.
68. SABOURIN, E & TONNEAU, J.P. Réseaux de proximité et diffusion des innovations techniques: les cas des communautés paysannes de Massaroca, Bahia, Brésil. Paris: karthala, 1998. p. 63-89.
69. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, 96p.
70. SACHS, I. Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice. 1986.
71. SALETTE, J. Le concept de terroir: une logique pour l'étude du lien du terroir au produit. In: *Compte rendu de l'Académie d'agriculture Française*, 1998. v.84, n°2, pp 3-17.
72. SANTOS, B. (org). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, pp 25-102. 2002.
73. SARACENO, E. Las políticas de desarrollo rural em los procesos de modernización. Texto presentado en el Seminario Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23-25 de agosto de 2005.
74. SCHEREN-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: *Sociedade e Estado*. Volume XIII, número I: EDUNB, pp. 55-70. 1998.
75. SCHMIDT, W. A construção social de um território – a ação da Agreco nas encostas da Serra Geral. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
76. SEBRAE. A mobilização dos territórios para o desenvolvimento – novas dinâmicas de inclusão. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004.
77. SFORZI, F., 1999. Systèmes locaux de petites et moyennes entreprises et mutation industrielle en Italie. In: OCDE. *Réseaux d'entreprises et développement local*. Paris: OCDE, 1999, pp. 109-125.
78. SUMPSI, J.M. Experiências de desarrollo territorial rural em la EU y LAC. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto: [www.sober.org.br](http://www.sober.org.br). 2005.
79. THOMPSON, J. A mídia e a modernidade. Petrópolis: Vozes. 1998.
80. TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. *Les territoires du quotidien*. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34.
81. TONIETTO, J. O conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Bento Gonçalves: EMBRAPA, 20p. 1993.
82. TONNEAU, J.P. Articulação entre as escalas territoriais e conseqüências sobre o planejamento rural. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.
83. TONNEAU, J.P.; CLOUET, Y.; CARON, P. L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil) – une recherche par analyses spatiales. In: *Nature Sciences et sociétés*, v.5, n.3, 1997. p.39-49.
84. VEIGA, J.E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas/SP: Editora Autores Associados. 2002.
85. VIEIRA, P.F. Repensando A educação para o ecodesenvolvimento. In: *8º Encontro Nacional de Ensino Agrícola*. Camboriú-SC. 2002.

86. VIEIRA, P.F. e WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P.F. e WEBER, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 17-49. 2000.
87. WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: Vieira, P.F. e Weber, J. (orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 115-146. 2000.
88. ZIMMERMANN, J.B.; GILLY, J.P.; PERRAT, J.; PECQUEUR, B.;RYCHEN, F. Construction territoriale et dynamiques productives – etude pour le Commissariat Général du Plan, convention n° 18/1997, 1997, 261p.

## ANEXO

### **Projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável das Encostas da Serra Geral – um projeto em construção**

O projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável das Encostas da Serra Geral vem sendo construído coletivamente entre técnicos, empresários, agricultores, organizações não-governamentais, associações profissionais e poder público. Sua redação básica e elaborada por um comitê formado por quatro membros que, em seguida a sua formatação em cada versão, o discute com um grupo de representante de organizações. Para cada versão definida ocorre um seminário local, para o qual são convidadas diversas organizações locais para o seu debate. Após um conjunto de quatro seminários, só então o projeto passa a ser estruturado, tendo como base todas as discussões estabelecidas nas reuniões e seminários.

Este texto surge como resultado da reunião realizada no dia 14 de março do corrente ano, na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que teve como objetivo promover o nivelamento conceitual sobre desenvolvimento territorial e trabalhar estes conceitos com o grupo, no contexto do projeto das Encostas da Serra Geral, em preparação ao Seminário de Rio Fortuna. Ela foi preparatória para o segundo seminário local a ser realizado no dia 31 de março.

#### **CONCEITOS**

Para a definição das políticas públicas previstas para as Encostas da Serra Geral, faz-se necessário o entendimento de alguns termos e/ou conceitos que serão utilizados no decorrer do processo:

##### **I – TERRITÓRIO.**

O termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa espaço de *terra* apropriado. O território é um espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. (Albagli, *apud* Egler, 1995). Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. (Albagli, *apud* Raffestin, 1993).

O território é delimitado pela identidade, pelo interesse comum na resolução de um problema ou resultado esperado: delimitação de uma área na qual os atores ou grupos sociais exercem domínio e possuem o interesse comum de proteger, preservar, valorizar o que tem “de seu” neste espaço, seja na esfera cultural, histórica, ambiental, das potencialidades econômicas, etc.

O território compreende um determinado recorte de espaço cognitivo que possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, históricos, etc.; mantenha ou tenha capacidade de promover uma convergência em termos de expectativa de desenvolvimento e promova ou seja passível de uma integração econômica e social, no âmbito local. Conceito utilizado pelo SEBRAE)

O desenvolvimento territorial apresenta-se como fator de dinamismo, diferenciação e competitividade. Segundo Juarez de Paula, para cada território é necessário um modelo próprio de desenvolvimento, onde deverão ser consideradas as redes de atores locais, as dotações naturais

(recursos naturais renováveis e não renováveis), a infra-estrutura existente, o capital humano (conhecimento, habilidade e competência das pessoas), o capital social (níveis de confiança, cooperação, organização e participação social), a cultura empreendedora (níveis de auto-estima, auto-confiança, capacidade de iniciativa), a poupança local, a capacidade de atrair investimentos, as potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas, entre outros fatores.

A organização do território traduz-se em fluxo de informação, conhecimento e decisão que engedram por sua vez, fluxos de produtos, dinheiro, pessoas e energia, por meio de redes. A organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores – locais e externos – e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade. (Albagli).

Território Dado – estabelecido de cima para baixo. Decisão política administrativa - imposta. Território definido por agentes externos ao território, na maior parte das vezes de forma autoritária – identificação técnica (exógena) da existência de algo em comum em determinado espaço geográfico. Exemplo: Planos de governo.

Território Construído – a identidade é definida antes do espaço geográfico. Território definido por elementos escolhidos pelos próprios atores locais, de forma participativa, de baixo para cima.

Todos os territórios são mutáveis, podendo haver superposições e instabilidades, a partir de territorialidades distintas. No decorrer do processo, alguns territórios podem se transformar, se complementar, se relacionar de diferentes formas ou ainda, em determinado momento podem desaparecer temporariamente ou definitivamente, em função das mudanças sofridas em sua identidade x propósito/contexto em que estamos trabalhando. Esta característica mutável dos territórios leva a uma necessidade de gestão constante do processo, com *feed backs* contínuos, reavaliação de ações e definição/redefinição de estratégias.

## II - REDES SOCIAIS

Territórios são espaços que possuem relações sociais, para tanto, necessitam o estabelecimento de redes sociais e, quanto mais elos estabelecidos, quanto mais interligadas estas redes sociais, mais forte a sociedade.

Faz-se necessário um processo de construção de redes para conectar os atores (governo, sociedade civil, empresários, protagonistas locais, líderes locais, representantes políticos, etc) e propiciar o planejamento e gestão do desenvolvimento territorial para garantir as mudanças políticas, econômicas e sociais.

O dinamismo e a mobilização produzida pelas redes sociais existentes está diretamente ligada ao sucesso do desenvolvimento territorial, com a valorização das potencialidades locais, com produtos claramente identificados, valor agregado aos produtos, mercados conquistados, etc.

## III - CONSTRUÇÃO SOCIAL

Processo de construção da identidade, ressaltando que a identificação do território é conseqüência da construção da identidade. Processo de mobilização dos atores que definem a identidade do território e vão se diferenciando no decorrer do processo.

Esta etapa é determinante quando da participação e valorização dos produtos no mercado competitivo, diferenciados pela identidade estabelecida (apelo local), tanto no aspecto econômico, como por exemplo, identidade histórica dos produtos, como também nos aspectos ambientais, culturais, etc.

#### IV - IDENTIDADE CULTURAL

Construção de territórios a partir da identidade cultural, com vistas a garantir a preservação do patrimônio cultural e de estabelecimento de estratégias de valorização de produtos com identidade cultural. Aspecto importante a ser considerado sob a perspectiva econômica, mas também na perspectiva de garantir a proteção dos valores histórico-culturais das diferentes comunidades, durante o processo de desenvolvimento das Encostas da Serra Geral.

#### V - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Foram apresentados ao grupo três alternativas de conceitos básicos:

1 - Capitalismo ecológico: o homem é o centro do universo. Estabelece que a forma de produção atual seja menos danosa ao meio ambiente.

2 - Ecologia radical: a ecologia é o centro do universo. Supõe a paralisação total do crescimento econômico em função da proteção integral da natureza.

3- Homem é parte da natureza: reconhece a importância do homem num contexto de reconhecimento à necessidade de manutenção da qualidade de meio ambiente para a garantia da qualidade de vida humana. Distancia-se tanto da visão antropocentrismo como biocentrismo, passando a ver sociedade e natureza como partes de um mesmo sistema.

O projeto trabalha na perspectiva de um desenvolvimento sustentável que atente para a necessidade de manter um compromisso com as futuras gerações no tocante a correta utilização do patrimônio cultural/ambiental/social/histórico e na garantia da promoção de qualidade de vida para esta e para as futuras gerações. Todo o projeto deve pressupor viabilidade econômica em consonância com os outros interesses - o enfoque econômico deve ser compatível com a preservação do patrimônio histórico, cultural, social e ambiental.

Para tanto, faz-se necessário um planejamento participativo e gestão compartilhada do processo como um todo, prevendo ações de parceria entre Estado, mercado e sociedade.

Segundo Albagli, são passos fundamentais a serem considerados para o fortalecimento de territorialidades em favor do desenvolvimento sustentável:

1 – Identificar áreas que permitam promover o empreendedorismo social com base em potencialidades endógenas, ou seja, identificação do território a partir do sentimento de territorialidade, pertencimento, senso de exclusividade, tipo e intensidade de interações entre os atores locais.

2 – Identificar as especificidades que melhor traduzam e distingam o território e que possuem vantagens comparativas para o desenvolvimento sustentável.

#### VI - CONFLITOS, NEGOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO

Ao se formar uma identidade coletiva, vinculada a delimitação de um território, automaticamente são definidas/vislumbradas as relações com os outros atores, identificando as relações positivas e negativas, rivais e/ou aliados.

A cooperação entre os atores é estabelecida a partir da discussão dos conflitos. Deve-se promover o afloramento de conflitos e discutir estes conflitos para buscar cooperação. Faz-se de suma importância trabalhar todos os conflitos, pois um conflito esquecido/não explicitado, que não seja trabalhado, pode comprometer todo o processo num futuro próximo, inviabilizando e/ou comprometendo o estabelecimento de cooperação entre os atores.

É necessário aflorar todas as idéias, as expectativas dos diferentes atores, e promover a gestão destes conflitos através da criação de espaços de negociação que garantam o estabelecimento de cooperação entre os atores. Todos precisam ganhar com o processo, nada pode ser imposto.

A cooperação entre os atores locais é essencial para a definição das estratégias para o desenvolvimento sustentável e para o sucesso do reconhecimento do território, valorização dos produtos e fortalecimento de sua competitividade.

Trata-se de um processo contínuo, que acompanhará toda a execução do processo: a gestão dos conflitos, passando pela negociação e criação dos canais de cooperação.

## **OBJETIVO DO PROJETO**

Buscar a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo a autonomia dos grupos locais, viabilizando atividades econômicas dos diversos segmentos, fortalecendo novas institucionalidades que regulem novas relações sócio-econômicas, promovendo a inclusão social e considerando os aspectos econômicos, culturais, políticos e ambientais, evidenciando as tradições, hábitos e costumes locais.

Na reunião foi trabalhado apenas um dos objetivos propostos para o projeto, no intuito de alertar os participantes do grupo de que nenhum dos itens contemplados pode ser visto ou trabalhado isoladamente, sob a prerrogativa de comprometimento do sucesso das ações em todas as outras áreas propostas.

## **METODOLOGIA**

**I - Macroterritório** – identificação de uma unidade mínima comum. Diversos segmentos deverão ser chamados para a discussão.

### **Estratégias de ação:**

- a) Explicitação dos conflitos;
- b) Negociação setorial sobre os conflitos;
- c) Explicitação dos conflitos;
- d) Negociação setorial sobre os conflitos;
- e) Identificação dos fatores favoráveis e desfavoráveis para a sustentabilidade do desenvolvimento;
- f) Construção de iniciativas, em cooperação, para o desenvolvimento. Criação de mecanismos de informação.

**II - Microterritório** – não é possível, num primeiro momento, trabalhar com todos os microterritórios. A proposta é iniciar o trabalho pelos microterritórios mais fortes, ressaltando que

todos os microterritórios estarão contemplados nos macroterritórios. A escolha e o trabalho nos microterritórios dependerá da mobilização dos agentes.

Para a identificação dos microterritórios, se faz necessário contemplar as identidades de cultura homogênea, limites geográficos pequenos e contando com a total adesão da comunidade local. No microterritório, todos os segmentos envolvidos participam das discussões. A definição, estratégias e resultados devem ser determinados por eles.

#### **Estratégias de ação:**

- a) Explicitação dos conflitos;
- b) Negociação territorial sobre os conflitos;
- c) Identificação dos fatores favoráveis e desfavoráveis para a sustentabilidade do desenvolvimento;
- d) Análise da identidade cultural e de seus limites geográficos;
- e) Construção de cenários – necessário para a negociação das políticas e reavaliação das estratégias e ações;
- f) Definição estratégias de desenvolvimento.

#### **RESULTADOS ESPERADOS**

I - Equilíbrio entre crescimento econômico e proteção ecológica;  
II - Estabelecimento de novos padrões éticos em relação ao desenvolvimento sócio-ambiental;  
III - Estabelecimento de estratégias de viabilidade econômica do conjunto de atividades, explorando os atributos específicos da identidade dos territórios.

#### **CONSIDERAÇÕES GERAIS DO GRUPO**

Considerando a grande extensão das Encostas da Serra Geral e o grande número de municípios que abrange, o grupo manifesta preocupação com a definição da área de abrangência do território a ser trabalhado no projeto, para a garantia da execução e do sucesso das ações pretendidas.

O grupo também expôs sua preocupação com a dimensão proposta para o projeto e a viabilização dos recursos necessários a sua execução. Ainda, a necessidade de gestão permanente, com reavaliação contínua de ações. Murilo Flores ressalta que o processo de desenvolvimento territorial é um processo de gestão permanente, com *feed backs* contínuos.

Participantes do grupo ressaltaram a necessidade de definição de prioridades a médio e longo prazo para que possam ser alcançados os resultados esperados, bem como a importância da criação de uma agenda e o estabelecimento de prazos para cada ação. Ainda, a definição clara do papel de cada uma das instituições parceiras, a forma de participação e o grau de comprometimento de cada parceiro, em função das competências institucionais estabelecidas. O grupo deverá ainda, promover a identificação dos atores/parceiros desejados/necessários para cada ação almejada/pensada.

O grupo afirma que o desenvolvimento sustentável pretendido pelo projeto deve respeitar e ser coerente com a lógica do território, respeitando os conceitos locais. O projeto deverá contemplar a questão da ocupação histórica do território por alemães e italianos. Deverá trabalhar inicialmente com as identidades já identificadas pelos atores locais e buscar a identificação de novas identidades, sempre com o respeito devido a história já construída. Destaca ainda, a necessidade da multiplicidade de ações – ações contemplando jovens, crianças, mulheres, idosos, etc.



Identifica como estratégia essencial para o sucesso do projeto, o desenvolvimento de ações de comunicação e divulgação, com vistas a promover a sensibilização, o engajamento e o comprometimento das comunidades locais com a elaboração e execução do projeto. Faz-se necessário, portanto, o estabelecimento de redes, a criação e promoção de instrumentos e meios de comunicação que garantam a participação ativa dos atores locais e parceiros na elaboração do projeto e, posteriormente, na gestão do processo como um todo, na avaliação e redirecionamento de estratégias e ações e na avaliação dos resultados.

Além da comunicação, surge como fator essencial a capacitação (formal e não formal) dos atores locais – crianças, jovens, adultos e idosos. As atividades de capacitação devem atender as expectativas das comunidades locais e criar uma estrutura mínima de apoio ao produtor e sua família, como por exemplo, auxiliar o produtor desde a fase da produção até a certificação e colocação no mercado de seu produto. O grupo manifesta também grande preocupação com as atividades de educação ambiental e com a capacitação para o uso/manejo correto dos recursos naturais.

Na ocasião, o grupo enfatizou a necessidade de conciliar a geração de renda com a proteção do meio ambiente, ressaltando que se trata de um projeto de viabilidade econômica a partir do uso correto dos recursos naturais, quando todos devem ganhar com o processo de desenvolvimento sustentável.

A partir das discussões realizadas pelo grupo, Murilo Flores identifica algumas questões a serem trabalhadas pelo grupo para o boneco do projeto a ser apresentado em Rio Fortuna. As considerações do grupo presente na reunião do dia 14 de março já se encontram contempladas no texto e as contribuições recebidas posteriormente à reunião encontram-se indicadas, conforme segue:

### **1 – Definição da área de abrangência do projeto – como será definida?**

A região das Encostas apresenta-se como um território dado, construído política e administrativamente, no entanto, sem uma identidade homogênea. Precisamos reconhecer uma identidade mínima que una a região em um único território criado a partir do reconhecimento de pontos comuns a todos.

Primeira opção: Processo de delimitação espacial em função de atributos naturais/geográficos: Parte da identificação dos maiores problemas/necessidade de ação – reconhecimento da região como de extrema importância ambiental, em função da presença de importantes nascentes de água, bem como da existência de mata atlântica. Território identificado a partir da necessidade de proteção da água e da mata em uma região ameaçada por atividades econômicas não estruturadas e não desenvolvidas dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável. Dentro da grande área delimitada por esta identidade, os municípios aderem ou não ao projeto. Posteriormente a definição da grande área de abrangência, cabe identificar quais as atividades que influenciam na questão da água, mata, etc.

Segunda opção: trabalha no mesmo raciocínio da opção anterior, no entanto cria uma delimitação espacial, utilizando os limites criados pelo corredor de mata atlântica que une duas unidades de conservação na região das Encostas da Serra Geral, o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Terceira opção: fechar a proposta de abrangência do projeto em seis municípios já engajados no projeto e comprometidos com a questão, conforme sugerido na reunião. O projeto trabalharia com 06 municípios nos dois primeiros anos, e, posteriormente, avaliaria a possibilidade de abranger um maior número de municípios.

Quarta opção: encaminhada pela Aecosul: Acredita ser adequado ter os limites da área com vinculação à geografia, com marcos naturais definidos no território e com abrangência de ecossistemas aos quais estamos inseridos. Um marco definido são as Encostas da Serra, como a região de Anitápolis/Rancho Queimado, é um divisor de águas, poderia ser outro limite, estendendo-se daí para o sul até São Ludgero/Orleães, onde já existe um “parque estadual” e, para o leste até o vale do Rio Capivari.

## **2 – Como se dará a participação da população/comunidade local no processo de construção do projeto?**

O grupo identifica a necessidade de um trabalho prévio de esclarecimento com as comunidades contempladas no projeto para buscar a incorporação das idéias, o entendimento e comprometimento com o projeto. O grupo sugere uma maior participação de atores locais nas reuniões, para que eles definam os pontos fortes e fracos a serem trabalhados na definição de território e, posteriormente, o grupo técnico trabalharia com as questões identificadas pelas representações locais.

Buscar a identificação de meios de comunicação eficientes que garantam a participação da comunidade local desde a etapa de planejamento, passando pela etapa de execução, de acompanhamento e de avaliação, permitindo identificar as estratégias necessárias para sair do estado “atual” para a construção do estado “desejado” no projeto, de forma democrática e participativa.

O grupo lembra da importância da utilização e fortalecimento dos fóruns e espaços de discussão já estabelecidos nos municípios, bem como propiciar a criação de espaços que propiciem a divulgação das ações executadas, bem como a avaliação e a proposição de idéias e ações.

Ressalta a necessidade de prover educação, cultura e informação para os jovens, para que eles se tornem e se reconheçam como agentes ativos do processo. Ainda, a necessidade de reunião periódica com os idosos, priorizando o afeto, comunicação e diálogo. Ressalta que trabalhar a cultura local é determinante para o sucesso do projeto – valorização e envolvimento das famílias.

### ✓ Contribuições da AECOSUL:

É fundamental ao sucesso do projeto a adesão comunitária. No aspecto ecológico/ambiental, pode ser feita uma abordagem continuada, de educação ecológica, com informações de uso prático e visível, com retorno da ação testemunhando a importância do conhecimento técnico/ambiental aplicado, despertando nas pessoas o seu valor, como ferramenta da sustentabilidade, fomentando seu uso e promovendo cultura. Como o projeto envolve pessoas de ocupações diversas, tanto rurais como em pequenos aglomerados urbanos, que tem em comum uma força de trabalho intensa, o projeto deverá ter muito em consideração a geração de renda. É apropriado que tenhamos informações quanto a:

- 1- geração de renda por atividades;
- 2 – quantas pessoas, em média, estão ocupadas em cada cadeia produtiva;

3 – qual o comprometimento de sustentabilidade, que cada atividade econômica gera (pode-se criar um índice de comprometimento ambiental, onde as atividades serão avaliadas em conformidade com o uso e degradação dos recursos naturais envolvidos);

4 – em que locais do território estão concentradas as atividades;

5 – contabilidade de recursos naturais, estimativa e valoração.

Tendo acesso a estas informações poderemos fazer um mapa econômico, verificar se os locais das atividades estão na melhor localização, formando um perfil econômico/ecológico das atividades e formar estratégias com abrangência de tempo diversas, em conformidade com urgências sócio-ambientais e apresentá-las à população como um Projeto de importância vital à atual e futuras gerações. Nas especificidades de cada programa que se desenvolver no território, as pessoas envolvidas, devem ser atores no processo.

### **3 – Qual o modelo de gestão a ser utilizado no projeto?**

Criação de um grupo de coordenação do projeto - grupo central formado pelas instituições executoras – Agreco, ADS, PNUD, Cidasc, Embrapa, Epagri e Sebrae, responsável pela gestão e coordenação política do projeto.

Criação de um grupo de assessoramento permanente, com técnicos especialistas nas diversas áreas de conhecimento, que auxiliarão no tratamento/gestão dos conflitos. Elaboração de uma listagem de técnicos por assunto.

Ainda, deverão ser previstos conselhos gestores menores, nos âmbitos setoriais e territoriais, para cada macro e micro processo identificados. Estes conselhos acompanharão a execução e se reportarão ao grupo de coordenação geral.

✓ Contribuições da AECOSUL:

Em conformidade com os resultados alcançados com as informações do tópico anterior, podemos dividir o território em micro regiões com maior/menor uso econômico e com índice indicativo de comprometimento ambiental, sendo as áreas (microrregiões) consideradas ecologicamente mais relevantes para preservação, administradas com normativas diferenciadas, normativas estas, que acreditamos ser de crucial importância para o sucesso do Projeto. É de nossa opinião que a gestão do Projeto precisa ter vínculo direto com a administração pública, através das prefeituras. A parte normativa legal precisa ser construída, nos parece que é uma oportunidade de experimentarmos legislação ambiental própria do território.

### **4 – Quais as principais áreas setoriais a serem contempladas inicialmente no projeto?**

✓ Contribuições Joel Perotto - CIDASC:

A linha inicial de orientação para elaboração das ações do Projeto – dimensão Econômica

Atividades econômicas existentes.

- Análise e definição pelo grupo e classificação de sua importância econômica e social para a região.

- Identificação das empresas e ou instituições representativas setoriais a serem inseridas na elaboração do Projeto.

Novas Alternativas Econômicas

- Identificação das propostas já existentes na região.

- Identificação de potenciais interessados em parcerias econômicas, para atividades definidas pela região e a serem estimuladas.
- Acordos e contratualizações aos projetos específicos viabilizados.
- Redefinição dos papéis e das políticas de apoio e incentivos.

Reflorestamento, mineração, carvão, fumo, orgânico, artesanato empresarial – madeira, barro, lã e outros, agroindústrias familiares, agroturismo, leite, milho, feijão, açúcar, hotelaria e turismo termal, ecoturismo, suínos, aves, peixes, ovinocultura, flores, bambu, confecção de bebidas, chás, ervas, fitoterápicos, produção de móveis, energia elétrica, serviços diferenciados de saúde e estética, etc.

✓ Contribuições da AECOSUL:

Pela urgência de preservação dos recursos hídricos disponíveis, vemos que ações efetivas pontuais e de curto prazo devam ser implementadas. Saneamento básico, com resolução do tratamento de águas residuárias e resíduos sólidos, devem ser de imediata solução.

### **5 – Como serão trabalhados/negociados os conflitos?**

Promover a criação de espaços de comunicação, onde os parceiros dialoguem, se comuniquem para partilhar coletivamente tanto as oportunidades quanto as ameaças, gerando conhecimentos, identificando as concorrências de forma positiva e propondo parcerias/ações conjuntas.

### **6 – Como se dará o fluxo de informações entre os parceiros? Quais os mecanismos a serem utilizados?**

Necessidade de trabalhar com os espaços já estabelecidos e promover a criação de instrumentos de comunicação, como uma rádio de abrangência regional, jornal local e/ou regional.

Criação de uma linha de ação para o projeto dentro das atividades diárias dos parceiros, como por exemplo, nas atividades da EPAGRI junto aos agricultores – projeto Microbacias.

Realização de palestras, reuniões, seminários, workshops, dia de campo, oficinas, etc.

Criação de um Portal do Projeto – página web contendo inovações, metodologias, novidades, notícias, situação de cada município em relação a execução do projeto, dúvidas frequentes, teleconferências privadas, legislação, enquetes, telefones úteis, contatos, endereços, fóruns, publicações, etc.

Criação de um banco de dados – publicações, cadastro de consultores, cadastro das propriedades, identificando atividades potenciais desenvolvidas – caracterização das propriedades, cadastro das pessoas capacitadas por área de interesse, endereços úteis, dados, informações e resultados da execução do projeto, cadastro dos parceiros, etc. Para tanto, seria necessário a disponibilização (via estrutura dos parceiros e/ou financiamento externo) de locais de acesso a internet e acesso a rede de informações/banco de dados estabelecida e alimentada pelo projeto.

Poderia ser criado um SAA – Serviço de Atendimento ao Agricultor – um espaço no portal para dúvidas, opiniões e em contraparte, disponibilizar os contatos e consultores disponíveis para atendimento ao agricultor, bem como um cadastro das pessoas capacitadas e das atividades potenciais desenvolvidas nas respectivas propriedades. Ainda, informações sobre preços, logística de distribuição, gestão da qualidade, estratégia de marketing, associativismo empreendedor, etc

Poderia ainda ser criado um esquema de *login* de acesso restrito a algumas informações contidas no portal, para auxílio dos agricultores e outras pessoas envolvidas diretamente no projeto, com possibilidades de *download*, arquivos de consultores, etc. Diferentemente do acesso a comunidade, estudantes, professores que se utilizarem dos locais de acesso a internet a serem disponibilizados pelo projeto.

Este processo envolveria também as ações de capacitação necessárias a utilização destes meios de comunicação.

✓ Contribuições da AECOSUL:

Correio eletrônico é bem eficaz. Reuniões presenciais, quando imprescindíveis. Precisamos ser bem objetivos. Deslocamentos de pessoas geram custos e transtornos.

### **7 – Como se dará a comunicação/divulgação junto à comunidade local/população em geral?**

Deverão ser previstos mecanismos de comunicação para a área de abrangência do projeto e para área fora da abrangência do projeto, através de ações de publicidade, propaganda, marketing direto, eventos.

- Realização de campanhas de divulgação do projeto e de conscientização ambiental, em programas escolares e pelos programas desenvolvidos pelos parceiros – EPAGRI (programa na tv), Badesc, Sebrae, Prefeituras, etc.
- Realização de palestras, reuniões, seminários, workshops, dia de campo, oficinas, etc.
- Promoção de intercâmbios técnico/científicos para os jovens participantes do projeto.
- Promoção de estágios para capacitação/troca de experiências (Estado/Brasil/Exterior).
- Criação do portal e do banco de dados, conforme descrito no item anterior.

### **8 – Como o projeto poderia proporcionar um diferencial dentro das políticas públicas de ensino?**

Os representantes no grupo de trabalho, da Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia e do Fórum dos Secretários de Educação encaminharam um texto tratando do papel do projeto na educação ambiental, conforme segue abaixo.

#### **I – FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS:**

##### **a) Formação Continuada:**

- Levantamento de dados e temas relacionados ao foco do projeto
- Desenvolvimento de cursos de capacitação para os profissionais da rede pública de ensino. (AMBIAL, Interdisciplinar de EM, EMI, etc.).

##### **b) Formação Inicial:**

- Levantamento de dados/temas relacionados ao foco do projeto

- Desenvolvimento de Curso de Especialização de Políticas Públicas – formação de professores (estado e município) multiplicadores – Parceria com UFSC.
- Possibilitar através do programa de Pós-Graduação da SED a inserção de professores em cursos de Mestrado, tendo como objeto de pesquisa e ação a realidade local.

## II – FORMAÇÃO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO FORMAL:

### a) Educação Básica:

- Ampliação da ESCOLA AMBIAL nas escolas do território.
- Expansão para o Ensino Médio regular.
- Implantação de cursos de Ensino Médio Integrado, voltados para a demanda da região (Gestão de propriedade rural, Turismo, etc.).
- Intercâmbio entre as escolas das Encostas da Serra com as escolas do Maciço.
- Implantação, assessoramento do Projeto Sabor e Saber.
- Incentivo a participação nos projetos de Iniciação Científica Júnior, parceria com a FAPESC.

### b) Profissionalizante:

- Desenvolvimento de cursos voltados a necessidade do contexto territorial (SINDICATOS, SENAR, etc.)
- Implantação da ESCOLA DE FÁBRICA.
- Formação de novas turmas com CEDEJOR.

## III – FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFORMAL:

- Desenvolvimento de projetos à conscientização em grupos de idosos, jovens, clube de mães, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais preocupações levantadas pelo grupo é de como promover a viabilidade econômica do território num contexto de proteção ecológica/conservação da biodiversidade, e, principalmente, como prever uma espécie de contra-partida, a ser oferecida aos produtores pelo projeto, para a garantia da proteção dos recursos naturais.

Surge como alternativa a proposta do Programa de Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Produção Familiar Rural – PROAMBIENTE, Programa de Governo Federal alocado na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que une, em um mesmo programa, controle social da política pública, ordenamento territorial, crédito rural, fortalecimento de organizações sociais, equipe exclusiva de assessoria técnica e extensão rural, certificação e remuneração de serviços ambientais e monitoramento ambiental da linha de base de carbono.

O grande diferencial do PROAMBIENTE está no reconhecimento dos serviços ambientais prestados a sociedade. O programa prevê a avaliação de seis tipos de serviços ambientais: redução do desmatamento, absorção do carbono atmosférico, conservação da água, conservação do solo, preservação da biodiversidade e redução do risco de fogo. Os beneficiários do programa devem cumprir uma série de exigências sócio-ambientais para recebimento dos serviços ambientais

prestados à sociedade. A remuneração de serviços ambientais do PROAMBIENTE é na ordem de meio salário mínimo por mês.

A certificação é obrigatória em todas as unidades cadastradas no Proambiente e é fundamental para atestar a prestação dos serviços ambientais. Além disso, a certificação é a base de informação para identificar os beneficiários que têm direito à remuneração de serviços ambientais.

O cumprimento dos Padrões de Certificação do Proambiente é verificado por um sistema misto, composto por Acordos Comunitários (sob responsabilidade das comunidades) e Auditorias de Campo (sob responsabilidade de certificadoras selecionadas pelo Programa Proambiente).  
FONTE: MMA

Neste contexto, durante a reunião do grupo, foi lembrado o exemplo do Rio Grande do Sul, onde já existe uma taxa para a utilização de água, quem represa a água em açudes, paga uma taxa.